



**Ana Carolina Costa Lacerda**

**Democracia em debate: crítica à informatização da  
sociedade civil global**

**Dissertação de mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Monica Herz  
Co-orientadora: Profa. Paula Drumond

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2020



**Ana Carolina Costa Lacerda**

**Democracia em debate: Crítica à informatização da  
sociedade civil global**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Profa. Monica Herz**

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Profa. Andrea Hoffman**

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Prof. José Maria Gomes**

Departamento de Direito – PUC-Rio

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Ana Carolina Costa Lacerda**

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Assistente de pesquisa do Laboratório de Metodologia do IRI/PUC-Rio (2018-2019). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais atuando principalmente nos seguintes temas: Sociedade Civil Global, Tecnologias da informação e comunicação, Capitalismo de Vigilância Gênero, Reprodução.

#### Ficha Catalográfica

Lacerda, Ana Carolina Costa

Democracia em debate : crítica à informatização da sociedade civil global / Ana Carolina Costa Lacerda ; orientadora: Monica Herz. – 2020.

57 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2020.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Globalização. 3. Sociedade civil global. 4. Sociedade civil. 5. Movimentos sociais. 6. Ativismo transnacional. I. Herz, Monica. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Agradeço à Puc-Rio e ao Instituto de Relações Internacionais pela oportunidade de cursar o mestrado e toda a infraestrutura fornecida. Ressalto aqui a importância da direção e coordenação sempre muito solícita e cuidadosa. Não poderia deixar de mencionar a importância de todo o corpo de funcionários administrativos.

À minha orientadora, Monica Herz que sem saber acreditou em mim e nessa pesquisa em momentos em que eu mesma duvidei. Agradeço pelas orientações atentas e cuidadosas, pela confiança, incentivo e ampla liberdade dada no processo de desenvolvimento dessa dissertação.

À minha co-orientadora Paula Drumond por toda a sua disposição, paciência, conselhos, observações que iam até as notas de rodapé e por todo interesse e incentivo diante dos desafios colocados pelo tema escolhido.

Agradeço aos professores José Maria Gomes e Andrea Hoffman pela disposição e por aceitarem o convite para participarem da banca, bem como a professora Marcia Nina Bernardes que esteve na banca de defesa do projeto.

À professora Isabel Siqueira pela sensibilidade, conselhos e por acreditar nessa pesquisa. Não poderia deixar de agradecer oportunidade de me permitir ingressar no Laboratório de Metodologia do IRI.

À professora Luciana Badin de quem tive a oportunidade de ser estagiária docente. Obrigada pela abertura, por sempre prezar pela horizontalidade no ensino e me dar ampla liberdade para opinar sobre os rumos da disciplina e aulas durante o último semestre. Confesso que essa experiência me fez ter um pouco mais de certeza sobre a professora que desejo ser.

Agradeço a todos os docentes da pós-graduação, em especial aqueles com quem pude cursar os GTs do eixo de Segurança e de Desenvolvimento que deram

contribuições fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa e de seus eventuais desdobramentos ao longo das aulas.

É preciso dedicar algumas linhas aos meus colegas da pós-graduação que se mostraram uma grata surpresa ao longo desses dois anos. Em especial resalto a importância de meus colegas de GT: Bia, Ana, Lucas Manuel e Thallita que compartilharam os momentos de desespero com os diversos prazos apertados em meio aos diferentes problemas pessoais e políticos que vivenciávamos. Uma ode especial a Luma: conselheira e revisora oficial de uma série de artigos e projetos. Não poderia deixar de ressaltar a importância dxs amigxs Maria Alice, Ananda e Chico ouvintes atentos dos “áudios de descarrego” e meus incentivadores constantes. Sem vocês essa trajetória teria sido bem mais pesada.

Aos amigos da UFRJ, em especial aos do “grupo do pepi” que estiveram ao meu lado desde antes da aprovação no mestrado. Menção honrosa à Nathana que além de tudo estudou comigo para a prova.

Ao Gustavo Rodrigues, melhor amigo, guru acadêmico, menino da Tecnopolítica e “Pouso” na ABRI: agradeço pelo apoio incondicional, conversas, ideias, revisões e *Brainstorms*.

Aos meus pais, por todo o apoio e incentivo nessa escolha muitas vezes custosa, inclusive financeiramente, de iniciar a jornada na carreira acadêmica. Espero que um dia possa retribuir tudo a vocês.

À minha avó Ivete por ser sinônimo de Paz em meio ao Caos.

À Priscila Cristine que demonstrou o significado de companheirismo estando literalmente ao meu lado desde o momento do “enter” às 29:59 do último dia do prazo para a inscrição no processo seletivo do mestrado (ainda opinando sobre o título de um projeto que deixou de existir) até o envio da versão final da dissertação. Obrigada por tudo, em especial por sempre acreditar.

## Resumo

Lacerda, Ana Carolina Costa; Herz, Monica (Orientadora). **Democracia em debate: crítica à informatização da sociedade civil global**. Rio de Janeiro, 2020. 57p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A democracia é um conceito em constante disputa que se reconstrói em torno das relações de poder fundadas com base no poder enraizado de suas instituições. Isto é, a força e a estabilidade da democracia e suas instituições dependem de sua vigência na mente das pessoas (Castells, 2018). Rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles que os representam, produz-se o que denominamos crise de legitimidade política. Se nos anos 1990 e primeira década dos 2000 há uma confluência nas discussões sobre Sociedade Civil Global e Governança global que apontavam na direção de que a atuação da sociedade Civil Global ampliaria a democracia, aqui propomos um passo crítico a essa abordagem a partir da discussão sobre Capitalismo de Vigilância. Assim, o presente trabalho tem o objetivo de contribuir para a discussão sobre crise da democracia, especificamente contestando a ideia de que a atuação da sociedade civil global levaria necessariamente a ampliação da democracia. Sob essa égide, observamos aspectos que eram base para a utopia da sociedade civil global foram colocados em cheque à medida que a tensão existente entre a horizontalidade da rede e as políticas de controle, vigilância e datificação da realidade foram reveladas. Diante dessa controvérsia, aqui pretendemos explorar o como a atuação da Sociedade Civil tensionou a democracia no século XXI explorando possibilidades de atuação e limites impostos pela disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação no Capitalismo de Vigilância.

## Palavras-chave

Globalização; Sociedade Civil Global; Sociedade Civil; Movimentos Sociais; Ativismo Transnacional; Gramsci; Cyberfeminismo; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Crise; Tecnologias da Informação e Comunicação

## Abstract

Lacerda, Ana Carolina Costa; Herz, Monica (Advisor). **Democracy in debate: a critique to the informatization of Global Civil Society**. Rio de Janeiro, 2020. 57p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Democracy is a concept in constant dispute which is founded on the basis of its institutions. The strength and stability of democracy and its institutions depend on its validity in people's minds (Castells, 2018). Once the subjective link between what citizens think and want and the actions of those who represent them is broken the legitimacy of the system can be questioned. In the 1990s and the in first decade of the 2000s there was a confluence between the discussions on Global Civil Society and Global Governance that pointed in the direction of the expansion of democracy through the Global Civil Society. Conversely, here we propose to give a critical step using the discussion on Surveillance Capitalism. Thus, this work aims to contribute to the discussion on the crises of democracy, specifically challenging the idea that the role of global civil society leads necessarily to the expansion of democracy. We observe how aspects that were the basis for the global civil society utopia were put in check by the tension existing between the horizontality of the network-society and the policies of control and surveillance. In the face of this controversy, we explore how the workings of Civil Society have tensioned democracy in the 21st century. We also explore possibilities of action and limits imposed by the dissemination of Information and Communication Technologies whitening the context of Surveillance Capitalism.

## Keywords

Globalization; Global Civil Society; Civil Society; Social Movements, Transnational Activism; Gramsci; Cyberfeminism; Sexual and Reproductive Rights; Information and communication Technologies

## Sumário

1. Introdução .....	9
2. Sociedade Civil: a validade do conceito .....	13
2.1. Sociedade Civil, Hegemonia e Reprodução .....	16
2.2. A Sociedade Civil Global .....	20
2.2.1 Outras concepções de tempo e espaço: a supraterritorialidade.....	22
2.3. Sociedade Civil global como panaceia do sistema internacional? .....	25
2.3.1. Sociedade Civil, Colonialismo e Imperialismo. ....	26
2.3.2. Sociedade civil, globalização e a crise da Democracia liberal .....	29
3. Movimentos Transnacionais e circuitos informais de mulheres .....	33
3.1 <i>Women on Web</i> : Histórico e atuação .....	37
3.2. Cyberfeminismo .....	39
4. Limites e possibilidades da sociedade civil global na era da comunicação.....	42
5. Considerações Finais .....	49
6. Referências bibliográficas .....	52



## 1. Introdução

*“As emoções coletivas são como a água, quando encontra um bloqueio em seu fluxo natural, abre novas vias, frequentemente torrenciais, até inundar os exclusivos espaços da ordem estabelecida”*

Manuel Castells (2018, p. 10)

A disseminação das tecnologias da informação e comunicação para a sociedade civil nos anos 1990 e 2000 permitiu sua crescente apropriação por parte de movimentos sociais que as instrumentalizaram para promover suas pautas. No mesmo período, ganha destaque o debate sobre chamada da sociedade civil global (Kaldor, 2003; Scholte, 1999 e 2013; Keane, 2003) com a aposta de que a maior conectividade entre populações geograficamente dispersas favoreceria a atuação cidadã ao redor do mundo diante do potencial de romper as fronteiras e princípios do Estado Westfaliano. Assim, se abririam uma série de novas possibilidades de atuação para atores não estatais que reconfigurariam as noções de identidade política e comunitária representadas pela emergência de uma cidadania global, pela governança de objetos na esfera pública internacional, pela emergência de ONGs transnacionais e por mobilizações de massa globais (Falk, 1995:100 *apud* Baker e Chandler, 2005). Em última instância representou a possibilidade da reconstrução ou re-imaginação do mundo político (Lipschutz, 1992).

Diante das poucas e polarizadas críticas existentes ao conceito de sociedade civil global, Baker e Chandler (2005) apontam que muitas das abordagens sobre sociedade civil global estavam sendo a-críticas. Segundo os autores, a presença de uma sociedade civil global não estava em questão, mas era preciso discutir seus limites e alcances para disputá-la. Dessa maneira, fazia-se fundamental refletir até que ponto haveria uma diferença qualitativa na forma de ação do que se chamava sociedade civil global em relação à sociedade civil. Nesse sentido, seria preciso explorar o que os autores chamam de “dialética da sociedade civil global” (2005) partindo da compreensão da atuação da sociedade civil no passado em relação às transformações contemporâneas dos Estados e limites da Soberania, a cada vez mais borrados pela disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Nos anos 1990 e primeira década dos 2000 há uma confluência nas discussões sobre os conceitos de sociedade civil global e governança global que

apontavam na direção de que a atuação da sociedade civil global ampliaria a democracia. Nesse sentido, o conceito de governança global joga luz à complexidade da vida social e permite observar os efeitos dos processos derivados da globalização que abriram espaço para a promoção e coordenação de políticas públicas transnacionais (Herz e Hoffman, 2019).

Especialmente com o fim da guerra fria e intensificação da globalização a proliferação de atores não estatais contestava as fronteiras do Estado e possibilitava pensar em novas maneiras de conceitualizar a democracia (Shapiro e Hacker-Cordón 1999; Brunkhorst 2002; Scholte 2002 *apud* Herz e Hoffman, 2019, p.247). Entretanto, a sistemática incorporação de processos informais é usualmente deixada de lado pelas teorias democráticas e liberais. Nesse contexto, a noção de Democracia Informal (Herz; Hoffman, 2019) reforça a existência de outros processos locais e transnacionais de legitimação de autoridade por meio da atuação de atores não Estatais que possuíam outras formas de implementação de regras e gerenciamento nas negociações vistas como mais flexíveis e representativas que as tradicionais (Herz; Hoffman. 2019, p. 248). Assim, além das instâncias tradicionais de representação democrática do Estado Nação e suas instituições, outros grupos e associações por meio de redes, conselhos, e comitês ganharam destaque na participação de negociações em diversos fóruns. Esses supostamente teriam o poder de incidir sobre a política global representando mais uma possibilidade de participação democrática e representação da sociedade civil nos organismos que direcionam a política e propagam hegemonia. Contudo, se observou que mesmo diante da possibilidade de inserção mínima da sociedade civil, esses espaços ainda eram muito limitados, assimétricos e reforçavam exclusões diante da pouca transparência e processos de decisões insulados que dificultavam a promoção de um senso de resistência e diálogo na população (Herz; Hoffman, 2019, p. 252).

Além disso, observamos que na segunda década do século XXI a partir das revelações de Snowden (2013)<sup>1</sup> e escândalos como o da *cambridge analítica*<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup>As revelações de Edward Snowden, ex funcionário da NSA ocorreram em 2013 onde em parceria com o jornalista Gleen Greenwald na época funcionário do The Guardian, e a documentarista Laura Poitras foram vazados uma série de documentos oficiais que revelavam serviços de espionagem e vigilância massiva de dados pessoais inclusive em países considerados democráticos como Brasil e Alemanha em que as chefes de Estado Dilma Rousseff e Angela Merkel tinham seus e-mails monitorados. Para maiores informações ver em: POITRAS, Laura. Citizenfour. Praxis Films. Film. 2014. Disponível em< <https://citizenfourfilm.com>>

(2018) aspectos que eram base para a utopia da sociedade civil global foram colocados em cheque a medida que se constatou que a internet, as telecomunicações e o ciberespaço<sup>3</sup> não são um ambiente democrático de liberdades e horizontalidades como costumava-se acreditar. Ao contrário, o ciberespaço se mostrou como um ambiente monitorado, quantificado que serve de insumo para a constituição de um capitalismo de vigilância a partir da datificação da realidade (Zuboff, 2015). Desde então, intensificaram-se em âmbito global as discussões sobre os impactos das tecnologias digitais na sociedade<sup>4</sup>.

Isso posto, propomos um passo crítico à luz da perspectiva gramsciana sobre sociedade civil para contestar a ideia de que a atuação da sociedade civil global levaria a garantia e ampliação da democracia. Nesse sentido, a sociedade civil será aqui analisada como uma esfera de disputa de valores e políticas ideológicas e culturais relacionados à sustentação da hegemonia.

Diante dessa controvérsia, aqui pretendemos destrinchar limites e possibilidades da atuação da sociedade civil explorando os caminhos e desafios que se abrem com a disseminação das TICs. Para isso, três movimentos serão realizados a partir de uma revisão bibliográfica sistemática: o de compreender o conceito de sociedade civil e como se deu sua inserção nas Relações Internacionais a partir da disseminação das tecnologias e aumento da interconectividade promovidos pela globalização originando o que se chamou de sociedade civil global. Posteriormente, exploraremos como esse cenário reconfigurou as formas de atuação da sociedade civil com especial enfoque ao movimento de mulheres e feminismo transnacional abrindo circuitos integrados (Sassen, 2006) de atuação, legais ou não, que antes eram invisibilizados pela primazia do Estado Nação. Como exemplo, destacaremos a atuação da Women on Web, organização que fornece medicamentos abortivos que são solicitados pela internet para mulheres em diversos países onde o aborto é criminalizado ao

---

<sup>2</sup> O caso envolveu a coleta indevida de dados de milhões de usuários do Facebook pela empresa Cambridge Analytica para influenciar resultados eleitorais. O recurso foi especialmente utilizado na eleição presidencial dos Estados Unidos da América em 2016. Ver mais em GUARDIAN NEWS. Brittany Kaiser testifies before MPs - watch live. 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=xZAvQzRhJOI>>

<sup>3</sup> Pierre Levy (1999, p.17) define o ciberespaço como novo meio de comunicação derivado da interconexão mundial de computadores, o termo refere-se tanto a infraestrutura física e material da comunicação digital mas também ao universo de informações que abriga incluindo os seres humanos que circulam nesse universo..

<sup>4</sup> No Brasil os dois escândalos favoreceram para as discussões e respectivas aprovações do Marco Civil da Internet (Ondina;Souza;Leal, 2015) e da Lei Geral de Proteção de dados (Monteiro, 2014)

redor do mundo, nesse sentido, ressaltaremos a relação dessas pratica com o cyberfeminismo. Por fim pontuaremos alguns dos limites e possibilidades desse tipo de atuação da sociedade civil à luz dos estudos de vigilância.

## 2. Sociedade Civil: a validade do conceito

O senso de ligação social que orienta os interesses privados e individuais ao bem comum (Smith e Hume). Um espaço no qual os indivíduos agem conscientemente devido ao senso de dever cidadão (Ferguson). A saída das pessoas de um Estado de Natureza a fim de estabilizar o poder coercitivo legítimo no contrato social. O remédio histórico para as inconveniências do Estado de Natureza (Locke). A base para a participação democrática dos cidadãos na política: a escola da democracia. (Toqueville). Essas são algumas definições clássicas do conceito de sociedade civil apresentadas por teóricos contemporâneos como Jensen (2006), Cohen e Arato (1997) e Ehrenberg (2017).

A amplitude do termo “sociedade civil” faz com que muitas vezes ele mais ofusque do que ilumine determinadas questões sobre a teoria democrática. Nessa esteira, Jensen (2006, p.53) afirma que há uma variedade de concepções que se relacionam a expressão sociedade civil que falham diante de diferentes contextos. Por essa razão, o autor considera que a sociedade civil é um termo melhor compreendido como uma *“theory-laden expression”*, ou seja, só pode ser entendida se localizada em um contexto – prático, histórico e teórico - específico para manter sua validade crítica. Portanto, é preciso descrever a relação desse conceito com as estruturas sociais, econômicas e políticas as quais se refere, nunca o tomando como uma abordagem universal ou intuitiva (Jensen, 2006, p.53).

O sentido da existência da sociedade civil está na falta de representação suficiente das instituições Estatais. Portanto, a legitimidade dos grupos da sociedade civil depende do déficit democrático, isto é, da não legitimidade dos governos incapazes de representarem o povo e seus interesses. Por isso, muitos estudiosos chamam atenção para a necessidade de uma forte atividade da sociedade civil para a consolidação da democracia (Putnam, 2000. p. 377). Nesse contexto a cada vez que um Estado e suas instituições emitem sinais de fragilidade e atravessam crises, abre-se espaço para reivindicações da sociedade civil por meio de movimentos sociais, associações informais que podem culminar em reformas estruturais em diferentes escalas. Assim, a ação desses movimentos emerge conforme o Estado lhes abre maiores oportunidades na ausência de representatividade e legitimidade. Especialmente os movimentos sociais são parte

vital de uma sociedade civil, é a forma de participação e cidadania na vida pública. São eles que mantem a cultura democrática política viva ao pleitear pela expansão de direitos e autonomia da sociedade civil (Caetano, 2018).

Em particular, nos interessa a perspectiva da teoria crítica, representada por Jean Cohen e Andrew Arato (1997), na qual a função da sociedade civil é garantir a base social para a esfera democrática pública. Especificamente, as associações que formam a sociedade civil são interconectadas com elementos de um espaço público no qual a deliberação e tomada de decisão democrática acontece. Assim, os autores definem a sociedade civil como

“uma esfera de interação social entre a economia e o Estado, composta antes de tudo por uma esfera privada (em especial a família), a esfera das associações (em especial as associações voluntárias), os movimentos sociais e as formas de comunicação pública. A sociedade civil moderna se cria por meio de formas de auto constituição e automobilização diante das leis e especialmente os direitos objetivos que estabilizam a diferença social. (Cohen e Arato, 1997, p.9).

Esse conceito de sociedade civil trazido pela Teoria Crítica é relevante para esse trabalho, pois traz noção de que a sociedade civil deve considerar tanto uma esfera privada e familiar quanto uma pública e organizada que inclua redes e movimentos sociais. Diante disso aqui veremos que a tecnologia, seus efeitos e regulações estão imbricados no cotidiano das pessoas, de modo que interfira nas atividades da sociedade civil desde o momento em que mídias sociais são utilizadas para a organização de manifestações transnacionais ou outras articulações até a transmissão e divulgação dessas atividades nas redes pessoais para amigos e familiares. A preocupação de Cohen e Arato (1997) não se trata de distinguir qual tipo de sociedade civil é mais adequada à política democrática moderna, mas de compreender os caminhos que ela fornece para repensar os termos da política e da ação social. Contudo, Robert Putnam (2000) ressalta a relevância do conceito por considera-lo capaz de categorizar uma série de aspectos do contexto sociopolítico e estruturas sociais que não podem ser abarcadas por outras categorias como Democracia.

Ao longo da história o conceito de sociedade civil foi amplamente empregado de maneiras distintas. Originado na Grécia antiga foi reforçado pelos teóricos contratualistas, posteriormente, explorado por Marx, Hegel e Gramsci e diversos teóricos modernos e até hoje vem sendo utilizado (Ehrenberg, 2017). A

base desse conceito está atrelada ao pensamento contratualista em contraste a noção de Estado de natureza. Nesse sentido a sociedade civil se contrapõe e relaciona com a existência de uma autoridade coercitiva que garanta paz, segurança e ordem à sociedade diretamente relacionada à fundação do Estado Moderno (Colás, 2004).

As teorias dos contratos sociais nos colocam questões que permanecem extremamente contemporâneas. Essas teorias versam sobre quem tem o direito de governar e como esse se dá, contudo, ao nos perguntarmos quem governa percebe-se que determinados grupos são excluídos do governo democrático (Cunningham, 2002). Por isso, Cunningham (2002) afirma que a democracia como forma de governo é opressiva. Essa assertiva pode ser evidenciada visto que a democracia coabitou historicamente com uma variedade de exclusões políticas à sociedade civil que foram ignoradas ou justificadas pelas teorias democráticas (Cunningham, 2002, p.20). Portanto, a sociedade moderna é baseada em um contrato racial e sexual que exclui mulheres (Pateman, 1993) e minorias raciais (Mills, 2014) da participação e representação política. Isso faz com que mesmo que as barreiras legais sejam removidas, parte significativa da população permanece excluída da participação política. Essas pessoas são politicamente discriminadas ao mesmo tempo em que as opressões que sofrem são mascaradas sob o argumento da universalidade e acessibilidade democrática (Cunningham, 2002, p.21). Sob esta égide, Tocqueville e outros críticos da democracia afirmam que o exercício da tirania da maioria pode culminar em um controle em que grupos socialmente ostracizados são ignorados, e mais, que quando as minorias se manifestarem estarão expostas ao risco (Cunningham, 2002, p. 17).

Ao longo dos séculos o conceito passou por diversas releituras e maiores elaborações. No século XVIII pensadores como Ferguson, Smith e Hegel passaram a relacioná-lo não só às interações humanas com o Estado, mas também com o mercado capitalista. Marx e posteriormente Gramsci elaboraram-na como uma categoria que se refere a um modo de “organizar a reprodução social e um domínio do protesto político social relacionado a partidos, movimentos sociais, enfim, a uma esfera pública” (Colás, 2004, p.15).

Diante disso, mais do que apresentar uma nova definição ou uma longa lista de conceituações sobre o que é sociedade civil aqui buscaremos compreender a sociedade civil em relação a um determinado contexto teórico, prático e

histórico específico. Portanto, compreenderemos o conceito de sociedade civil como um grupo de seres humanos não formalmente vinculados as estruturas do poder político ou econômico que é capaz de tencionar os limites da democracia na esfera pública. A ideia de tensão é trazida a fim de contestar as perspectivas liberais que associam sociedade civil ao aumento da democracia. Nossa ideia é demonstrar que na verdade o desenvolvimento tecnológico abriu novas possibilidades de atuação para a sociedade civil global, mas também estipulou uma série de limites a participação democrática. O que propomos a partir dessa definição é contextualizar nossa análise nas discussões em torno da globalização e disseminação das TICs que levaram ao surgimento do chamado Capitalismo de Vigilância, a fim de compreender como esse contexto impõe novos desafios à sociedade civil para repensarmos a política diante dos desafios colocados pela crise democrática no mundo contemporâneo.

## **2.1. Sociedade Civil, Hegemonia e Reprodução**

Em Gramsci o conceito de sociedade civil se relaciona a ideia de Estado ampliado e ao conceito de hegemonia. No qual o Estado existe para administrar os interesses da classe dominante mantendo a reprodução de duas classes antagônicas - burguesia e proletariado. Em uma perspectiva marxista o Estado é uma máquina de dominação das classes dominantes sobre a classe operaria (Althusser, 1985, p. 62). Gramsci amplia essa noção afirmando que o Estado consiste no equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil por meio da hegemonia de um grupo social sobre a sociedade inteira através do direcionamento e domínio ideológico e cultural realizado em organizações privadas como igreja, escolas, sindicatos. Portanto, o conceito de Estado ampliado se refere ao fato de que o Estado não se reduz ao aparelho repressivo de coerção, mas as diversas formas de direcionamento da vida social que e consolidam a hegemonia na sociedade civil (Gramsci, 1987, p. 224). Por essa razão, Gramsci é o teórico que observa os fenômenos superestruturais, como a política, a cultura e o sistema de valores no capitalismo para além das relações de produção que se dão na estrutura. (Vianna, 1978, p. XIII).

A hegemonia é algo que opera sobre as ontologias e epistemologias - modos de ver e pensar sobre o mundo, respectivamente - além da estrutura



econômica e organização política da sociedade (Gruppi, 1978, p. 3). Isso significa que há uma relação determinante entre luta política e Estado e uma mediação ainda mais complexa em relação às superestruturas ideológicas como a arte, a religião, a moral e a filosofia que são organismos da sociedade civil que cumprem o papel de disseminar as ideologias dominantes. (Gruppi, p. 30). Sendo assim, a

"a hegemonia é a capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia" (Gruppi, 1978, p. 5)

Lenin considera as relações de toda a sociedade para compreender o conceito de hegemonia, mas mantém o seu enfoque na estrutura já que o explica a partir das relações de produção e de troca. Em contrapartida, Gramsci concebe a sociedade como um todo unitário e orgânico não inteiramente redutível à base econômica, pois compreende que sem essa perspectiva seria impossível se pensar a política e tampouco a hegemonia (Gruppi, 1978, p. 31)

Segundo o marxismo as ideologias são a superestrutura de determinados tipos de relação de produção e de troca (Gruppi, 1978, p. 89), ou seja, são relacionadas à estrutura econômica. O fato de existir contradições na estrutura - nas relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas - faz com que as ideologias referentes a mesma, localizadas na superestrutura também sejam contraditórias. Já em Gramsci, a superestrutura é a expressão da contradição da base social (Gruppi, 1978, p. 90). Portanto, se para Marx a crise se daria no nível da estrutura, para Gramsci ela acontece primordialmente na superestrutura pois a crise é vista no nível da hegemonia que afeta não só as relações de produção mas principalmente um movimento ideológico, cultural e moral. A crise da hegemonia refere-se portanto a "totalidade do processo social" (GRUPPI, 1978, p.81)

Dessa forma, a hegemonia encontra-se em disputa na esfera da sociedade civil. Nesse sentido, para compreender a concepção gramsciana da conquista da hegemonia é preciso diferenciar suas concepções sobre supremacia e de dominação. A supremacia é o que dá domínio e direção à hegemonia sobre a classe subalterna. Ou seja: a dominação sem a capacidade de dar uma direção política e ideológica e moral à classe subalterna representa uma crise da hegemonia. Nesse contexto a classe até então subalterna pode tornar-se dirigente ao indicar soluções concretas às questões enquanto sua concepção de mundo conquista e unifica outra.

Diante disso, uma nova hegemonia pode nascer antes mesmo que a classe que a expresse se torne dominante. Isso se dá pois a hegemonia consiste essencialmente na capacidade de direcionar a população. Ou seja, no momento em que as justificativas ideológicas e culturais sobre uma ordem econômica e política deixa de fazer sentido são geradas uma série de contradições nas relações produtivas existentes. Nesse contexto, a superestrutura ideológica por meio de suas instituições de formação de consenso não são capazes de direcionar a sociedade civil aos seus interesses. Assim, dessas contradições surge a ação da classe subalterna, inicialmente desordenada mas que ordena-se de modo coerente a partir da atuação dos intelectuais - aqueles que convergem teoria e a práxis - e propõe uma nova cultura que difunda as próprias concepções que contestam a até então ideologia hegemônica na sociedade civil (GRUPPI, p. 91)

Enquanto a sociedade política realiza o domínio direto de comando e controle a sociedade civil representa as instituições que propagam essa ideologia. Nesse sentido, o conceito gramsciano de sociedade civil é relevante para a análise aqui proposta a medida que percebemos que é em sua disputa que se pode conquistar os organismos e esferas que difundem determinadas ideologias que sustentam interesses específicos de uma elite. Assim, aqui observaremos como esses organismos não são neutros e disputa-los requer estar atento a todas as dimensões do controle político que refletem a até então vigente hegemonia.

A análise de Gramsci tem raízes fortes no marxismo e por isso é estrutura em torno de uma disputa de hegemonia entre Burguesia e proletariado em meio a um sistema capitalista. Contudo, utilizaremos sua perspectiva sobre o papel da sociedade civil levando em consideração que uma das principais ideologias de dominação enraizadas na superestrutura do sistema capitalista é o sistema de valores e crenças atrelados ao machismo e patriarcado que corrobora uma série de práticas de controle e cerceamento de corpos femininos e aqui ressaltamos, sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Isso se dá, pois percebemos que o controle sobre as populações são centrais para a manutenção da hegemonia burguesa.

Sob esta égide, a reprodução vem sendo associada à intervenção Estatal por meio de políticas governamentais em uma série de instituições da sociedade civil. O desenvolvimento da divisão sexual do trabalho consolidou estruturas e práticas cotidianas impostas pelo liberalismo, capitalismo e patriarcado a vida das

mulheres (Repo, 2014). Assim, a reprodução ocupou um local silencioso nas narrativas políticas sobre Estado, economia e soberania desde os pensadores contratualistas<sup>5</sup>.

No século XIX a função reprodutiva foi atrelada a família conjugal burguesa através da proliferação do conhecimento sobre a sexualidade. Segundo Engels a reprodução da família burguesa aconteceu para assegurar a propriedade privada nas mãos de gerações futuras, enquanto para Foucault, foi um meio dos casais internalizarem o valor fiscal da fertilidade a processos econômicos de disciplina de sua sexualidade, desse modo estimulando ou limitando a reprodução da mulher (Repo, 2014a, p. 4).

Assim, vemos como o patriarcado se manifesta como um dos valores fundamentais para a manutenção da hegemonia de uma burguesia capitalista e se materializou por meio de uma série de práticas em diversos organismos da sociedade civil desde Igrejas ou escolas que propagam e perpetuam valores sexistas, hospitais, empresas ou mídia que realizam campanhas que buscam incentivar a reprodução ou reduzi-la por meio da formação de um consenso entre as mulheres de maneira em que as mesmas regulem seu comportamento reprodutivo. Além disso, não se pode deixar de mencionar as práticas de coerção diretas de alguns Estados sobre as mulheres ao, por exemplo, criminalizarem as mulheres que abortam.

Dito isso, a concepção gramsciana de sociedade civil nos será de grande valia à medida que esse trabalho se propõe a analisar de maneira crítica como as mulheres vêm se apropriando das ferramentas fornecidas pela inovação tecnológica, como a internet para reivindicarem ou até mesmo garantirem o acesso ao aborto por meio do ativismo transnacional. Portanto, mais do que descrever como essa atuação vem sendo feita por meio de objetos empíricos como a ONG Women on Web que apresentaremos adiante, buscaremos relacionar o como essas práticas provocam uma tensão nos organismos que sustentam a hegemonia burguesa e os valores patriarcais atrelados à mesma. Donna Haraway

---

<sup>5</sup> Segundo Carole Patterman, para a compreensão do patriarcado moderno é preciso ter em mente que o discurso de Hobbes, Locke e Rousseau tinha necessariamente um espaço para o patriarcado e para o capitalismo. Assim, a história do contrato original é a maior narrativa sobre a criação de uma nova existência política pelos homens. Nessa narrativa, as mulheres já foram derrotadas e declaradas irrelevantes para a política, relegadas e a reprodução

destrincha a relação entre tecnologia e gênero com a sociedade civil ao afirmar que

“os rearranjos estruturais ligados às relações sociais da ciência e da tecnologia apresentam uma forte ambivalência. Mas não é necessário desesperar-se com as implicações das relações das mulheres do final do século XX com o trabalho, a cultura, a produção de conhecimento, a sexualidade e a reprodução. Por excelentes razões, os marxismos veem melhor a dominação, mas têm dificuldades em compreender a falsa consciência e a cumplicidade das pessoas no processo de sua própria dominação, no capitalismo tardio. É importante lembrar que o que se perde, com esses rearranjos, especialmente do ponto de vista das mulheres, está, com frequência, ligado a formas virulentas de opressão, as quais, em face da violência existente, são nostalgicamente naturalizadas. [...] que tenhamos uma sutil compreensão dos prazeres, das experiências e dos poderes emergentes, os quais apresentam um forte potencial para mudar as regras do jogo”. (Haraway, 2019, p.190)

Assim, aqui veremos como transformações fundamentais na estrutura do mundo como a dependência da eletrônica por Estados, corporações, satélites, processos políticos, evangelismo, biologia contribuem para uma confusão de fronteiras entre a máquina e o organismo onde a fronteira entre base e superestrutura é cada vez mais frágil (Haraway, 2019, p. 180)

Por fim, antes de nos atermos ao caso específico supracitado Ressaltamos a abordagem aqui proposta enquanto “crítica” tendo em vista que além dos referenciais teóricos alinhados à perspectiva gramsciana que aqui serão utilizados, no momento em que analisarmos o papel da tecnologia e da globalização como aspectos fundamentais que dão condições de possibilidade a esse processo buscarão desconstruir a ideia do ativismo da sociedade civil global como uma panaceia que solucionaria todos os problemas do Estado nação. Para isso, apresentaremos algumas das próprias limitações derivadas do crescente uso da tecnologia por meio das abordagens do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2015) e da informática da dominação (Haraway, 2019).

## 2.2 A Sociedade Civil Global

No fim do século XX, com a disseminação das tecnologias da informação e interconectividade global, alguns teóricos passaram também a utilizar o termo sociedade civil global (SCG). Mary Kaldor (2003) afirma que desde o ano de 1989 a globalização revolucionou o mundo com uma série de transformações políticas, sociais e econômicas no interior dos Estados, aqui se incluem a

emergência de novos movimentos sociais por todo o Leste Europeu e América que pleiteavam por temas como a paz, direitos humanos, direitos dos negros e o movimento feminista. Diante do fim da guerra fria, iniciou-se uma crescente inter-relação global que abriu novas possibilidades para a emancipação política. Tal fato borrou as fronteiras territoriais entre sociedades civis, não civis, ocidente e oriente, Estados democráticos e não democráticos, questionando assim as concepções tradicionais sobre o Estado centralizado e tradicional (Kaldor, 2005). Esse fenômeno, gerou uma "domesticação das relações internacionais" no que tange a visão tradicional do Estado centralizado e tradicional enquanto estimulou a participação de grupos e cidadãos no nível internacional (Kaldor, 2003, p.13). Portanto, vemos que, como afirmam Herz e Hoffman (2004), o debate sobre a sociedade civil global está diretamente vinculado ao debate em torno das transformações do sistema internacional, da soberania estatal e da governança global.

Diante disso, a sociedade civil global reestruturou o nosso senso de abordagem do político (Baker e Chandler, 2004) onde está implícito um novo pensamento democrático (Keane, 2003: 126). Assim, a SCG expande o lugar da política antes limitado às instituições formais deslocando as fronteiras e abrindo caminho para novas estratégias não Estado-Centricas com vistas a mudança política (Kaldor, 2003, p.13-148). Nesse sentido, Baker e Chandler (2004, p.4) apontam que há três ideais sobre a sociedade civil global: (1) a extensão da comunidade política que não estaria mais limitada ao interesse do Estado mediante o crescimento de atores não estatais, (2) a agência humana é determinante no mundo da política e (3) ocorre uma expansão democrática além das fronteiras que limitavam os espaços decisórios.

Entretanto, Ronnie Lipschultz (1992) afirma que a Sociedade Civil Global não é um fenômeno novo. A questão era que nesse período ela passava por crescente visibilidade alcançando também a esfera da política internacional. Para a autora, a Sociedade Civil Global não se tratava de colocar em cheque os princípios realistas Estado-centricos como a anarquia ou autoajuda mas de proporcionar uma construção autoconsciente de redes, conhecimento e ação de atores descentralizados e locais que transcendam os limites fronteiriços.

Independente das demandas trazidas pela sociedade civil global, a mudança qualitativa apontada por Baker e Chandler gira em torno da

possibilidade de estabelecer redes e articulações com grupos de diversas partes do mundo que tenham pautas em comum. Dessa forma, as demandas da sociedade civil passaram a não ser só direcionadas ao Estado-Nação, mas também às instituições globais. Assim, a sociedade civil passou a ser uma “agenda de interconectividade global” (Baker e Chandler, 2004, p.5). Essas articulações representam uma forma nova e mais ética de fazer a política que traz à sociedade civil novas possibilidades de emancipação política e humana (Kaldor, 2003, p.143).

Scholte (2013) ressalta o poder da sociedade civil de influenciar na determinação da agenda global<sup>6</sup>. Seu na governança global deslocou o eixo das identidades nacionais como centrais para um pluralismo estruturado pela primazia da identidade no mundo político. Assim, múltiplas identidades construídas a partir de relações de solidariedade, de classe, de fé, gênero, raça e ganharam relevância.

Desse modo, muitas repercussões da sociedade civil global podem ser evidenciadas: a governança multilateral, o modo de reconstruir identidades coletivas, cidadania, democracia e a privatização da governança fazem com que a fronteira público-privada fique a cada vez mais embaçada no momento do debate político. Por isso, o mundo se torna imerso em outras solidariedades baseadas em aspectos da identidade como o gênero, raça, a classe, o sexo e a orientação sexual (Scholte, 2013). Isso culminou no aumento da participação democrática, tencionando o Estado, transbordando as associações civis e criando canais de participação popular alternativos. Por essa razão, o autor aponta que o que há de realmente distintivo nas abordagens sobre a sociedade civil global que se destacaram no contexto da globalização é a chamada supraterritorialidade.

### **2.2.1 Outras concepções de tempo e espaço: a supraterritorialidade**

O reforço do pensamento global, certas viradas do desenvolvimento capitalista aliado a uma série de inovações tecnológicas e sua disseminação - principalmente a partir da década de 1980 culminaram na reconfiguração das compreensões sobre tempo e espaço. Assim, enquanto o avanço das

---

<sup>6</sup> Alguns exemplos de políticas e discussões que se iniciaram na esfera pública e hoje são pautas de regulação e debates na arena da governança são exemplos como a AIDS, controle de armas, corrupção, democracia, e governança da internet e proteção de dados

telecomunicações e a criação do cyberspaço promoveram a interconectividade em tempo real, a globalização introduz uma dimensão supraterritorial expandindo os limites da geografia social existente até então (Scholte, 1999, p.10). Ou seja, a distância é convertida em "*no time*" e as fronteiras territoriais não representam um impedimento à socialização (Scholte, 1999, p.9). Dessa forma, a chamada supraterritorialidade que deu condições de possibilidade para a reformulação da atuação da sociedade civil em âmbito global ao contribuir para um processo de desterritorialização que transcende as barreiras territoriais e geográficas do Estado Nação.

Desse modo, a sociedade civil global apresenta o potencial para a democratização da governança global consistindo em uma arena pública de deliberação e mobilização onde se relacionam questões globais referentes aos cidadãos, regras e organizações globais (Scholte, 2013, p.331). As associações supraterritoriais podem fornecer canais através dos quais os cidadãos transmitem informação, testemunhos e análises uns com os outros. Nesse contexto, quando as associações civis voluntárias passam a existir, muitas automaticamente concebem-se transcendendo a geografia territorial (Scholte, 2013). Por essa razão, grupos de direitos humanos promovem *standards* que abrangem pessoas ao redor do mundo, transpassando os limites estipulados por distâncias e fronteiras geográficas (Scholte, 1999). As comunicações dessas organizações atingem um novo patamar supraterritorial com o uso da internet, das telecomunicações e redes sociais que coletam e disseminam informações instantaneamente ao redor do mundo, redefinindo as fronteiras espaciais e temporais como conhecíamos.

Esse novo contexto não elimina totalmente as fronteiras geográficas, mas faz com que a localização, distância e fronteiras territoriais percam a influência determinante nas relações. Sob esta égide, Donatella Della Porta (2005, p.1) afirma que não podemos afirmar que o poder do Estado desapareceu, mas desde os anos 1960 mudanças políticas, culturais e sociais transformaram o ambiente institucional e cultural dos movimentos sociais como percebemos pela propagação de termos como sociedade civil global, política mundial que representavam uma mudança no *locus* do poder político. No âmbito internacional a mudança se deu especialmente nas instituições formais econômicas e regionais no *locus* do poder nacional para o nível supranacional e internacional. Ao mesmo tempo, redes informais se disseminaram pelas fronteiras do Estado Nação por meio de práticas

não governamentais que defendiam desde o meio ambiente e os direitos humanos até a facilitação do estabelecimento de redes de tráfico de drogas e tráfico humano (Della Porta; Tarrow, 2005, p. 2).

Nesse cenário de mudanças trazidas pela globalização é de se esperar uma mudança no comportamento reativo dos movimentos sociais bem como suas estruturas organizacionais. Entretanto, Donatella Della Porta e Sidney Tarrow (2005) afirmam que as mudanças no ambiente global não são suficientes para produzir a transnacionalização dos movimentos sociais e a ação coletiva, é preciso que haja uma mudança cognitiva com relação à perspectiva sobre os atores não estatais no âmbito internacional e mudanças relacionais no que tange à formação de redes transnacionais. Ressalta-se que as mudanças de relacionais foram propiciadas por meio de mecanismos institucionais que promoveram o encontro de redes e técnicos por meio de ferramentas como a internet que promoveram a horizontalidade das conexões internacionais (Della Porta e Tarrow, 2005, p. 8). Com isso em vista, os autores (Della Porta; Tarrow, 2005) ressaltam três processos que marcam sua transnacionalização: a difusão, a domesticação, e a externalização. Desse cenário emerge a "ação coletiva transnacional" representada pelas redes internacionais de ativistas que coordenam diversas campanhas transnacionais contra Estados, instituições ou atores internacionais.

A primeira etapa consiste na difusão que é facilitada por meio da tecnologia, do amplo acesso a internet e das TICs que reduzem os custos para a participação em redes transnacionais. Contudo, isso encontra limites e produz outras exclusões àqueles que em razão da ausência de uma estrutura física que não possuem acesso à rede<sup>7</sup> (Della Porta; Tarrow, 2005, p. 4). Além disso, recentemente o estudo de vigilância vem apontando os perigos do monitoramento dos comportamentos por meio da captação de dados com vistas à obtenção de lucro e promoção de políticas de contenção e vigilância por parte do Estado e de empresas.

---

<sup>7</sup> John Keane (2013) aponta que em 2013, 7 bilhões de pessoas ainda eram muito pobres para comprar um livro, e pelo menos 1/3 da população mundial nunca havia feito uma chamada telefônica. De acordo com a *International Telecommunication Union*<sup>7</sup>, em 2016 3.7 bilhões de pessoas ainda não possuíam acesso à internet no mundo. Isso representa cerca de metade da população mundial sendo que o índice de penetração da internet em países desenvolvidos é de 81% enquanto o nos Estados Emergentes é de 40% e nos mais pobres chega a 15%. Há também uma disparidade de gênero no acesso à internet sendo na América a mais baixa disparidade: 2% e a maior taxa a africana com 23%.



A internalização diz respeito às reivindicações políticas que possuem origem em críticas internacionais, mas vão em direção ao Estado-Nação. Como exemplo podemos observar que a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres é uma luta internacional que apresenta solidariedades transnacionais como vimos nos movimentos #NiUnaMenos<sup>8</sup> ou na onda verde argentina que incluiu manifestações favoráveis em toda a América latina, mas que em essência eram reivindicações para que o Estado realizasse uma mudança legislativa em torno do direito ao aborto legal e seguro e garantisse políticas públicas para sua eficácia.

Por fim, a externalização se trata das reivindicações que de movimentos sociais que se dão em âmbito supranacional. Nesse sentido, algumas instituições internacionais formais como a ONU tornaram-se espaços para a articulação de demandas coletivas. (Della Porta; Tarrow, 2005, p. 5). Esse processo normalmente ocorre quando as demandas da sociedade civil não conseguem ser atendidas pelo Estado Nação gerando a necessidade de recorrer à esfera internacional. Esse tipo de articulação e presença favorece a formação de rede

### **2.3 Sociedade Civil global como panaceia do sistema internacional?**

A sociedade civil global foi formulada como uma série de atores, instituições e práticas que deveriam reproduzir as tradições liberais de liberdade, participação e cidadania em escala global (Colás, 2004, p.16). Alejandro Colás (2004, p.15) critica essa perspectiva ao afirmar que a SCG foi desenvolvida como um projeto da modernidade a ser realizado. Segundo o autor, desde os autores

---

<sup>8</sup> A hashtag ganhou repercussão internacional após o assassinato de Lúcia Perez (16 anos). Vítima de Feminicídio, a jovem foi drogada, estuprada e morta por empalamento por três homens na Argentina em 2016. A atitude originou uma forte campanha nas redes sociais contra a violência contra a mulher e coordenou diversas manifestações de rua Unificadas na América Latina no mesmo ano. O movimento teve forte relevância no ano de 2017 quando as mulheres no dia 8 de março realizaram impulsionaram a realização de uma greve de mulheres em mais de 50 países, na América Latina uma série de manifestações de rua articuladas e coordenadas pela internet se intensificaram. Ver mais em UOL. Nascido de tragédia argentina, Ni Una Menos tenta parar mulheres por direitos e leis. 2017. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/03/08/nascido-de-tragedia-argentina-ni-una-menos-tenta-parar-mulheres-por-direitos-e-leis.htm>> Acesso em 08 de Janeiro de 2019

liberais (Kaldor, 2003) até os cosmopolitas mais céticos (Frost, 2002) apropriaram-se desse termo como um princípio ético e normativo que deveria ser promovido ao redor do mundo.

### **2.3.1 Sociedade Civil, Colonialismo e Imperialismo.**

Alejandro Colás (2004) chama atenção para a necessidade de desenvolver e identificar historicamente e sociologicamente as estruturas e processos concretos que constroem as normas e valores atrelados à sociedade civil. Para tanto, o autor desenvolve uma abordagem histórica do conceito como um retrato específico da luta sociopolítica moderna que contém uma série de projetos ideológicos incompatíveis (Colás, 2004, p.16). Assim, nos apresenta duas ideias: a de que sociedade civil se globalizou há três séculos como resultado do impacto das Revoluções Atlânticas que originaram o que chamamos de democracia liberal; e que a reprodução irregular da sociedade civil no mundo gerou variadas expressões do que hoje chamamos sociedade civil global.

Frost afirma que a sociedade civil em si já é global porque não possui fronteiras geográficas. Assim, a sociedade civil é uma prática que envolve o reconhecimento dos direitos democráticos para si e para os outros em plano global (Colás, 2004, p.16). Nesse sentido, a noção de globalização da sociedade civil como um fenômeno relativamente recente apaga a longa história sua atuação em âmbito internacional. Reconhecer isso vai além de interpretar esse fenômeno em um maior recorte temporal, mas requer reconhecer que a “sociedade civil global é um domínio sócio-político estruturalmente ligado aos desdobramentos históricos da modernidade” (Colás, 2004, p.18).

Como consequência, diversas outras expressões da sociedade civil global podem ser vistas como reações negativas ao projeto liberal de promover a sociedade civil global como um conceito a ser realizado (Colás, 2004, p.17). Colás (2004) argumenta que a expansão internacional da sociedade civil acontece desde o século XVIII a partir das revoluções Atlânticas e tem tendências globalizantes desde sua concepção. Essa expansão originou sociedades civis muito diferentes ao redor do mundo. Portanto, a sociedade civil global não leva necessariamente a um mundo mais liberal, pacífico e tolerante como as tradicionais abordagens da temática argumentam. Ao contrário, essa perspectiva

pressupõe uma teleologia na qual os valores liberais são vistos como mais avançados, aqueles que devem ser alcançados pelas outras sociedades não civilizadas.

Portanto, vemos que o próprio discurso dos atores da sociedade civil global atrelado à modernidade e ao liberalismo delimita as possibilidades de discursos e práticas da sociedade civil na política global. Como exemplo, Amoore (2004) critica a visão de Mary Kaldor (2003) sobre o 11 de setembro como o resultado de um ataque a “civilidade global”, segundo a Amoore, o mesmo episódio também pode ser compreendido como uma consequência da falha de uma civilidade global que exclui aqueles que estão fora dos termos estipulados pelos princípios liberais reforçando noções binárias sobre civilizado e não civilizado, bom e mal, legítimo e ilegítimo. Esse binarismo é reforçado quando observamos sua utilização como justificativa para a colonização, imperialismo, e ingerências contemporâneas em nome da defesa da democracia em diversos Estados, no caso dos dois primeiros, teoricamente baseadas na noção de que os povos ameríndios eram não civilizados por serem uma versão atrasada do self europeu e, portanto deveriam se desenvolver, mesmo que sob tutela, até atingirem o patamar de civilização (Inayatullah, N e Blaney, D. L., 2004, p. 44). Esses povos, contudo, resistiram constantemente a essa dominação e buscaram suas independências demonstrando que havia muito mais além do binarismo de uma sociedade civilizada ou não. Nessa perspectiva, desassociar a noção de “sociedade civil” dos valores da democracia liberal representa a ampliação da possibilidade de identificar o seu real potencial explicativo e suas limitações éticas e políticas (Colás, 2004, p.19).

Colás (2004) aponta que o surgimento da sociedade civil global é fruto de um processo de destruição criativa envolvendo a transgressão das fronteiras existentes e sua re-legitimação pelo protesto político. Segundo o autor, (2004) trata-se de um processo de constrangimento por duas estruturas do mundo moderno, o modo de produção capitalista e o sistema de Estados. Assim, essas são as duas estruturas sociais centrais para a disseminação de processos de mobilizações políticas em massa da sociedade civil. O primeiro teria revolucionado as relações sociais tornando a população dependente do mercado reconfigurado e o segundo era o foco das lutas políticas por liberdade.

Nesse sentido, se hoje existe uma Sociedade Civil Global ela é resultado das expansões europeias além-mar durante a era dos impérios (Colás, 2004 p. 20). Vemos, portanto o papel central do Imperialismo ao buscar colônias além-mar impulsionado pelo desenvolvimento científico tecnológico. A situação opressão capitalista gera uma série de reações, rebeliões e oposições anticapitalistas mesmo sem se nomear assim. Cabe ao proletariado, segundo Lenin, unificar esse processo internacional e dar-lhe uma direção a essas massas para uma direção anticapitalista aglutinando o descontentamento (Gruppi, 1978. p. 43)

Esse, além de possibilitar o acesso a áreas antes inacessíveis gerou a necessidade de acessá-las e colonizá-las para a manutenção do modo de produção capitalista a fim de escoar a produção, obter matéria prima e maior mercado consumidor expandiu os limites do capitalismo por meio de processos de sujeição e violência nas colônias.

Assim,

“the gradual subjection of modern societies to the dictates of the labour-capital relation fostered the self-identification of socio-political movements along ‘horizontal’ lines of solidarity engendered through common experiences in civil society” (Colás, 2004, p.17).

Diante disso, a partir do caso do Magreb, Colás (2004) afirma que os processos violentos do imperialismo e colonialismo deram as condições políticas e socioeconômicas para o crescimento de uma sociedade civil moderna. Nesse sentido o autor chama atenção para os movimentos da sociedade civil no Magreb e afirma que estes eram relacionados diretamente a expansão capitalista. Esses movimentos não representavam a luta contra o Estado, mas sim uma luta internacional de classe e anticolonial contra o imperialismo. Portanto, a atuação dessa sociedade civil já era no mínimo, internacional durante as lutas anti-imperialistas.

Dessa forma, à medida que as inovações tecnológicas impulsionavam o desenvolvimento capitalista a sociedade civil se articulava como forma de resistir a esses processos manifestados na forma de dominação. Nesse sentido, novas tecnologias eram desenvolvidas com vistas a reestruturar e intensificar esse processo de dominação que permitia a intensificação da acumulação de capital. Sob essa égide, surge um ciclo no qual são criadas novas tecnologias que estabelecem outras relações sociais e níveis de conectividade, temporalidades e

espacialidades distintos que permitem novas formas de exploração e acumulação de capital em nível global. Em face disso, desenvolvem-se novas formas de resistências, inclusive internacionalmente, por parte da sociedade civil que gradualmente se reconfigura e apropria dessas novas ferramentas e tecnologias.

Nesse sentido, cabe ressaltar que tanto nas abordagens tradicionais e liberais sobre a sociedade civil global quanto na crítica marxista de Colás é atribuído, com diferentes graus de destaque, ao desenvolvimento científico tecnológico o papel central na mudança qualitativa da atuação da sociedade civil para uma sociedade civil global/internacional. Assim, um fator central para a alteração nesse status é o desenvolvimento científico-tecnológico. Ou seja, se conforme Colás afirma, a expansão da sociedade civil aconteceu a partir das Revoluções Atlânticas, as mesmas estariam atreladas ao desenvolvimento tecnológico que conectou o mundo através de uma mudança na concepção de tempo e espaço provocada pelo advento da tecnologia desde o século XVIII que acelerou a produção e afetou as relações sociais.

Mais especificamente, podemos citar diversas inovações tecnológicas que possibilitaram o rompimento das fronteiras então conhecidas ao promover a conectividade de locais geograficamente distantes a partir da construção de grandes embarcações, ferrovias, o cabo do telegrafo, as telecomunicações até a criação do cyber-espço. O que vemos nessa escalada do desenvolvimento é a gradual aceleração dos processos que conectam a sociedade civil ao redor do mundo. Nesse sentido, a singularidade do cyber espaço foi que ele provocou uma mudança na escala dessas transformações possibilitando pela primeira vez a conectividade instantânea em larga escala por um baixo custo à sociedade civil partir dos anos 1990 e especialmente 2000. Isso de fato favoreceu e intensificou a articulação de grupos geograficamente dispersos, mas que possuíam interesses e identidades comuns intensificando a existência de uma supra territorialidade. Diante disso, reforçamos a relação co-constitutiva entre a intensificação das relações na sociedade civil global e das inovações científico tecnológicos.

### **2.3.2. Sociedade civil, globalização e a crise da Democracia liberal**

Como vimos, a ideia de sociedade civil foi amplamente empregada em relação a sua capacidade de ampliar a democracia a partir da existência uma esfera pública de participação popular. A globalização limitou a capacidade do Estado nação de responder internamente a problemas que agora podiam ser identificados como globais (Castells, 2018). Nesse sentido, existem algumas contradições entre o mundo de redes que articula atividades estruturantes em todos os âmbitos sociais e as experiências comuns, locais, territórios. Para o Manuel Castells (2018), ao passo que a globalização reflete o sistema de poder articulado nas redes ela também acabou provocando a intensificação da defesa dos direitos de identidades que buscam resistir à lógica dominante, normalmente atrelada a populações vulneráveis. Em última instância é a contradição entre o poder da rede e o poder da identidade (Castells. 2018: 996). A incapacidade dos Estados de mediar essas relações enquanto se inseriram economicamente no comércio e política global foram alguns dos fatores fundamentais para que a sociedade civil se visse gradualmente menos representada pelas instituições Estatais dando início a uma crise de representatividade e legitimidade em relação às instituições da democracia liberal.

A globalização nos trouxe dois lados: a dinamização das economias nacionais, interconectividade global, incorporação de milhões de pessoas no mundo de nova industrialização em âmbito global mas também contribuiu para a fragmentação no espaço doméstico. Nesse processos os governos nacionais criaram o que Castells (2018) chama de Estado-rede no qual buscaram se inserir na nova economia e divisão de poder no qual transferem a soberania para outras instâncias a fim de participar de uma rede supranacional e terem participação na gestão da globalização. Entretanto, a medida em que esse processo se intensificou nas últimas décadas, mais Estado e Nação eram desassociados em função da ausência de representatividade já que as decisões políticas eram também tomadas em instâncias que iam além das de representação direta. Ranciere (2015) aponta que a suposta cessão de parte da soberania não significou o enfraquecimento do Estado Nação, ao contrário, os Estados abdicaram conscientemente de parte de seus privilégios a fim de aumentarem seus lucros e inserirem-se nos mercados globais de capitais e produtos. Contudo ainda mantiveram forte controle das fronteiras no que tange à circulação dos mais pobres (Rancière, 2015).

Desde a década de 1980, o processo de globalização foi estimulado pelos Estados centrais que desmantelaram regulações e fronteiras, hoje esses são os mesmos que se veem incapazes de responder internamente a problemas globais e recorrem ao isolacionismo. Além disso, a globalização aumentou a distância entre as classes sociais e intensificou a desvalorização de trabalhadores locais que não eram abarcados pela mudança tecnológica o que gerou não só o crescente desemprego como também ressentimento especialmente em relação às minorias identitárias protegidas por legislações especiais incentivando a xenofobia, a intolerância, ao racismo e a homofobia (Castells, 2018).

Isso se refletiu na crise de identidade - quanto menos controle as pessoas têm sobre o Estado, mais se distanciam dele e se refugiam em outras identidades como a nacional, a territorial ou a religiosa. Cabe ressaltar que essa identidade “nacional” não é aquela propagada pelo Estado nação no mundo globalizado, mas uma identidade conservadora, criada justamente em contraposição a esse processo. No momento em que a sociedade civil não se vê mais representada pelo Estado notamos senão um rompimento definitivo, grandes vulnerabilidades no elo do contrato social (Rancière, 2015).

Nesse contexto, a crise da legitimidade democrática intensificou o discurso do medo e propôs uma prática de retomada a centralidade do Estado em prol das redes globais. Assim, volta-se ao discurso racista de uma etnia majoritária, patriarcal, há um apelo às religiões como fundamento gerando a necessidade de reconstruir as instituições em torno desses valores que seriam ameaçados pela globalização..

No âmbito econômico, não foi tanto a crise econômica em si que contribuiu para a intensificação do processo de descrença nas instituições e ódio ao outro, mas sim a exacerbada desigualdade social desencadeada pela incapacidade do Estado e suas instituições de responderem às crises, em especial depois de 2008 (Castells, 2018). No momento da crise financeira, em que as pessoas se encontravam em situação de maior vulnerabilidade, desempregadas e endividadas necessitando do Estado para defendê-las os mesmos comprometem as políticas de Bem Estar e priorizaram bancos e empresas em relação à população. Assim, o Estado e suas instituições não foram capazes de fornecer proteção social a população levando ao crescente questionamento de sua representatividade. Nesse contexto, a cada vez mais as instituições fecharam-se a serviço dos interesses

daqueles que a operam e de sua própria sobrevivência (Castells, 2018) Há assim uma crescente separação entre representantes e representados que culmina na rejeição popular a classe política. Tudo isso, reforça a percepção de inevitabilidade desse processo gera a crise de legitimidade na política (Castells, 2018) e também de hegemonia tendo em vista a crescente incapacidade do Estado de direcionar a população e formular consenso por meio das instituições na sociedade civil. .

A crise da democracia liberal é marcada pela tensão que está na necessidade do Estado-nação de inserção nas redes políticas e econômicas globais em relação a necessidade de representar seus cidadãos, sua identidade e sua cultura. Em suma, a necessidade do Estado transcender o “Eu” inserindo-se nas redes globais reforça contradição entre identidade e globalização aumentando o vácuo existente entre representação por meio do poder da identidade e a globalização representada pelo poder da rede contribuindo para a crise institucional e política (Castells, 2018).



### 3. Movimentos Transnacionais e circuitos informais de mulheres

As dinâmicas constitutivas da globalização se relacionam com as realizadas por populações específicas marginalizadas pela política estatal que recorrem à economia informal, ou a crescente feminização<sup>9</sup> de circuitos transfronteiriços legais ou ilegais em países em desenvolvimento (SASSEN, 2003, p.16).

De acordo com Saskia Sassen (2003) o aumento desses processos se relaciona aos impactos negativos dos ajustes fiscais nas economias em desenvolvimento e sua relação com uma dinâmica mais geral relacionada à globalização que gera fechamento de empresas, desemprego e promoção do crescimento diante da exportação e ajuste fiscal que afetam a sociedade civil, em especial as mulheres de maneira incisiva. Mais ainda, o crescimento da economia global produziu uma infraestrutura institucional que facilita os deslocamentos através das fronteiras e representa desse modo, um meio ambiente propício para o surgimento desses circuitos alternativos. “Por tanto, as mulheres são cada vez mais o veículo pelo qual operam todas essas formas de sobrevivência, de lucro e de aumento da renda governamental” (Sassen, 2003, p. 66).

Nesse sentido, as tecnologias da comunicação remodelam os corpos corporificando novas reações sociais para as mulheres no mundo (Haraway, 2019, p. 177). Isso exige uma formulação íntima sobre a construção e desconstrução de fronteiras que possa contribuir à uma outra visão sobre ciência e tecnologia que permita outras formas mais potentes de contestar a informática da dominação (Haraway, 2019, p. 201). Por essa razão, Haraway (2019) argumenta em favor da necessidade de unidade entre àqueles que estão tentando resistir à intensificação da informática da dominação. Nesse sentido, a autora ressalta a importância de se compreender como os rearranjos da ciência e da tecnologia afetam a vida social e produzem novos significados para a luta política a partir da compreensão de suas políticas de raça, classe e gênero “A luta política consiste em ver de ambas as perspectivas ao mesmo tempo, porque cada uma delas revela tanto dominação

---

<sup>9</sup> Aqui a autora exemplifica o caso do tráfico sexual de mulheres ou troca de fluxos econômicos para migrações e refugiados. E ressalta o crescimento de uma variedade de circuitos globais alternativos de geração de renda e financiamento de governos provocados pelo tráfico de mulheres por exemplo. (SASSEN, 2003, p. 6)

quanto possibilidades que seriam imagináveis sob outro ponto de vista” ( Haraway, 2019)

Sassen (2003, p.67) define esses circuitos alternativos que se derivam desses rearranjos sociais como “contra geografias da globalização” tendo em vista que são fenômenos que estão direta ou indiretamente associados a alguns dos programas e condições centrais que se encontram no centro da economia global cujas conexões são com frequências ignoradas por operarem fora ou contra as leis e tratados, sem que estejam exclusivamente envolvidos em operações ilícitas. Desse modo, mesmo que esses circuitos operem em uma economia não-oficial eles fornecem ao Estado uma série de ingressos e fluxos de capital paralelos que financiam sua atividade. Portanto, essas dinâmicas constituem uma economia que por mais que se dê em circuitos transfronteiriços marginais que extrapolam as fronteiras do Estado Nação são parte do sistema.

Nesses espaços marginais pode se pensar em diversos tipos de articulações autônomas internacionais de mulheres e iniciativas promovidas pelo feminismo transnacional em âmbito institucional de instâncias representativas pelos direitos das mulheres ou de maneira informal principalmente, a partir da solidariedade feminista e articulação de manifestações concomitantes em diferentes Estados com reivindicações comuns ou pela atuação no cyberspaço através do cyberfeminismo. Essas iniciativas majoritariamente se constituem frente a estabelecimentos determinados pela superestrutura patriarcal e misógina que reproduz dentro dos Estados características como violência contra a mulher e controle reprodutivo.

Por essa razão, cabe refletir sobre o conceito de cidadania flexível proposto por Aihwa Ong (2000, p. 6) que se refere as diversas respostas dos sujeitos às mudanças nas condições econômicas. Isso se dá pois os sujeitos são regulados por práticas que reproduzem estruturas particulares de significado sobre família, gênero, nacionalidade, mobilidade de classe e poder social que favorecem o seu reposicionamento em relação aos mercados , regimes culturais e governos. Nesse sentido, sob uma perspectiva Gramsciana, vemos que as lógicas impostas pela superestrutura sobre a sociedade civil não condenam a mesma a uma posição de estagnação perante um regime de dominação, mas podem ser alteradas por meio de praticas sociais flexíveis num processo de formação de uma hegemonia

subalterna à medida que as antigas instituições perdem a capacidade de direcionar a política social.

Visto que a ciência e a tecnologia oferecem outras formas de emprego de poder, elas também devem ser canais de promoção de outras formas de ação política (Haraway, 2019, p. 180) Nesse sentido, a “rede” representa tanto um espaço aberto a uma prática feminista da sociedade civil ou um canal para uma estratégia empresarial de acumulação de lucros por meio da captação de dados como destacaremos na próxima sessão. Isso se relaciona a necessidade de que haja uma percepção dinâmica das oportunidades que devem ser vistas como fluidas e não estáticas para se pensar em novas práticas e oportunidades para a atuação dos movimentos sociais (Sassen, 2006). Nesse sentido, a ideia de trabalhar nas margens, brechas e fronteiras do sistema de Internacional pode trazer uma série de possibilidades por meio da apropriação das ferramentas técnicas existentes no mundo contemporâneo. Por exemplo, no âmbito do movimento feminista, podemos observar a apropriação dos vácuos estabelecidos pelo Direito marítimo no sistema internacional para a realização do Aborto legal em águas internacionais por meio da atuação de ONGs feministas. Esse é o caso da ONG Women on Waves cuja atuação consiste em atracar um barco hospitalar holandês em países onde o aborto é criminalizado e transporta mulheres até águas internacionais - onde o que vigora é a legislação do país de origem, no caso a Holanda que regulamente a prática do aborto, ar que possam realizar um aborto legal e seguro. De igual modo, vemos o comércio ilegal de medicamentos pela internet acontecer utilizando a infraestrutura dos correios. Dessa forma, diversas organizações conseguem enviar os medicamentos abortivos para mulheres que não possuem acesso aos mesmos, como a Women on Web ou a Women Help Women.

Percebe-se então que há uma adaptação dos movimentos sociais ao novo ambiente permite sua transnacionalização. Nesse sentido, a compreensão sobre os novos recursos existentes como as tecnologias da informação e comunicação são fundamentais para o estabelecimento de novas redes e estratégias mais flexíveis. As novas formas de organização dos movimentos sociais foram encorajadas pelas "estruturas menos rígidas" (Della Porta; Tarrow, 2005, p. 13) do sistema internacional mediante a globalização que tornou possível conectar bases de movimentos sociais deslocadas geograficamente bem como reforçar seus laços de identidade.

No âmbito do movimento feminista, observamos o surgimento do cyberfeminismo que promovia de redes de solidariedade entre mulheres, auxílio a vítimas de violência, e crescente disseminação de informação sobre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva na internet. Nesse contexto, a partir dos anos 2000, o movimento feminista passou a utilizar a internet uma ferramenta para a garantia do acesso ao aborto.

Clandestinamente, a autonomia das mulheres é exercida coletivamente nessas redes, que cada vez se tornam redes virtuais de apoio e acesso que proporcionam acesso a informações e medicamentos. Entre esses canais estão desde grupos do *whatsapp*, fóruns de discussão feministas em redes sociais como o *Facebook* ou em websites como o *Women on Web*. Neles são formadas redes de solidariedade entre mulheres desconhecidas que ajudam outras a obterem medicamentos e realizarem o aborto da forma mais segura o possível diante da omissão do Estado. Expressões são usadas como um codinome para "aborto" nas redes sociais, para que as mulheres não possam ser denunciadas nem identificadas por rastreadores virtuais. Nesses canais virtuais, a troca de experiências a partir dos relatos de diversas mulheres que abortam representa um discurso humanizador que desafia e resiste à dominação (Hooks, 1989; 131 *apud* Collins, 2002: 260).

Essa variedade de táticas de ação refletem a criatividade feminista que leva as mulheres a reformular sua atuação a fim de construir novas estratégias para que lhes permite enfrentar as distintas barreiras impostas pelo patriarcado a medida em que as estratégias desse se reinventam (Enloe, 2010). Nesse sentido, organizações como a *Women on Web* fornecem caminhos alternativos para garantirem o acesso ao aborto utilizando a internet. Assim, a organização busca facilitar o acesso ao site mesmo diante de bloqueios ao acesso por parte de Estados por meio da utilização de ferramentas como o Tor Project, ou aplicativos de celulares facilmente encontrados na *Apple Store* ou no *Google Play*. As mulheres e a organização também encontram outras formas contornar as barreiras legais impostas pelo Estado como encomendar os remédios para países fronteiriços e ir até lá buscá-los ou solicitar que algum remetente os envie. Portanto, percebe-se que as mulheres vêm encontrando brechas no sistema de controle e dominação imposta pelo Estado formando canais de resistências.

### 3.1 *Women on Web*: Histórico e atuação

A *Women on Web* é uma organização que se deriva da *Women on Waves*<sup>10</sup> que tinha como principal linha de ação levar mulheres residentes em países em que o aborto não era permitido até um barco-hospital Holandês em águas internacionais. Dentro do barco vigorava a legislação Holandesa, permissiva ao aborto. Desse modo, o barco atraca na costa dos países e as ativistas realizam campanhas divulgando seu trabalho para que as mulheres interessadas sejam levadas até o barco.

Um episódio emblemático que marca a incorporação das TICs na atuação da *Women on Waves* que culminaria na criação da *Women on Web* foi uma ação em Portugal em 2004. Nela o país proibiu a entrada do navio nas águas nacionais. Diante desse impedimento, a organização focou sua atuação na disseminação da informação. As ativistas constataram que diversas mulheres realizavam um aborto em condições perigosas porque elas não sabiam como fazê-lo. Assim a médica e ativista Rebecca Gomperts, ao ser convidada a um programa da TV portuguesa, em rede nacional explicou passo a passo o como realizar um aborto medicamentos de maneira segura (Vessel, 2015, 43'52'').

Essa ação escancarou não só para Portugal, mas vários países, que o aborto estava fora do controle dos médicos e das leis, e muito mais perto da ação das mulheres do que estes gostariam. Também foi importante para as mulheres, que perceberam o uso do misoprostol como um meio, mesmo que ilegal, de garantir alguma autonomia reprodutiva e sexual de forma mais segura. **Foi definitivamente uma ruptura para o *Women on Waves* fazer isso, que ninguém tinha feito antes. De repente muitos e-mails começaram a chegar, primeiro de mulheres portuguesas, depois literalmente do mundo todo. [...] Nos fez dar conta do poder da internet e quanto pode ser feito do momento em que se começa a espalhar a informação que já deveria estar lá.** (Vessel, 2015: 45'18'', grifo meu)

A grande repercussão do discurso de Rebecca na TV portuguesa e o decorrente aumento no número de mulheres que procuravam a organização fez com que o grupo percebesse o alcance da internet no que se refere ao seu poder de

<sup>10</sup> é uma organização da sociedade civil baseada na Holanda, fundada em 1999 pela médica Rebecca Gomperts. A organização tem como objetivo prevenir os abortos inseguros e “empoderar mulheres a exercerem seus direitos humanos a uma autonomia física e mental” (*Women On Waves*, 2019). Para isso, a ONG atua através de estratégias inovadoras que pretendem fornecer às mulheres as ferramentas necessárias a resistirem as suas culturas e leis repressivas. Dessa forma, um dos fundamentos é a confiança que que tendo essas ferramentas e informação, as próprias mulheres podem realizar um aborto medicinal, reduzindo o risco de mortalidade em decorrência do aborto inseguro.

levar informações às mulheres. Então a organização disponibilizou em seu website na internet um tutorial sobre como realizar o aborto medicamentoso. O alto número de e-mails que a organização recebia em busca de informações sobre o aborto, em soma com a experiência em Portugal fez com que a organização desse um novo passo: capacitasse ativistas locais para a criação de seus próprios serviços telefônicos de ajuda ao aborto seguro (Vessel, 2015: 48'41'').

Contudo, o próximo desafio do grupo foi perceber que em muitos lugares, mesmo com a informação as mulheres não tinham acesso ao medicamento. Após a realização de denúncias de que o medicamento Misoprostol estaria sendo usado para a realização do aborto, alguns países como Brasil em 2005, proibiram a venda do medicamento em farmácias. Diante desse quadro a ONG *Women on Web* foi criada como resposta. No ano de 2012, mais de 100 mil e-mails vindos de 135 países diferentes de mulheres em busca de informações sobre os medicamentos foram respondidos pela *Women on Web*. A organização afirma que a função do *online abortion help service* é fornecer às mulheres que vivem em países onde o aborto seguro não é acessível: informação, orientação médica e os medicamentos para o aborto.

A atuação da *Women on Web* divide-se em dois principais projetos o "I need an abortion Project" and "I had an abortion project". Segundo o site da organização o primeiro pretende fornecer informações, medicamentos e orientações médicas a mulheres que vivem em países onde o aborto é acessível. O objetivo do serviço é fornecer ajuda às mulheres realizarem um aborto com medicamentos, contribuindo para a redução da mortalidade materna em decorrência de um aborto inseguro.

O segundo projeto promove apoio a mulheres que abortaram e defende que elas não precisam mais sofrer em silêncio, superando a vergonha e o estigma que paira sobre a questão. O projeto pretende proporcionar o compartilhamento de histórias, vivências e imagens, contribuindo para a solidariedade e suporte das mulheres ao redor do mundo. Assim, através da trajetória do *Women on Waves*, podemos observar como a organização adaptou suas estratégias compreendendo as novas possibilidades que emergiam apropriando-se das TICs para fazer frente a inerência Estatal sobre seus corpos.

### 3.2. Cyberfeminismo

No âmbito do movimento feminista transnacional a internet já vinha sendo utilizada desde sua disseminação na década de 1980 pelo chamado Cyberfeminismo, um processo em constante construção que pretende romper as estruturas patriarcais a partir da apropriação tecnológica pelas mulheres. Segundo Fereshteh Nouraie-Simone (2005) o *cyberespaço* é um espaço de resistência que traz o feminismo *offline* e redes de solidariedade e ativismo que já eram construídas para a vida *online*. Desse modo, é como se os computadores pessoais das mulheres possibilitassem sua inserção no debate político, rompendo a dicotomia entre o público e o privado sob o qual o gênero feminino estaria relegado ao âmbito doméstico.

Nesse contexto, observamos com o surgimento do cyberfeminismo a promoção de redes de solidariedade entre mulheres a partir do auxílio a vítimas de violência e a crescente disseminação de informação sobre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva na internet. Esses canais também criam espaços para o ativismo comunitário se desenvolver, construindo redes entre indivíduos e organizações facilitando o diálogo que contribui para o estabelecimento de uma identidade comum (Edwards et al, 2019). Dessa forma, passa a ser possível que ativistas possam reportar suas próprias narrativas, algo que anteriormente precisava do intermédio do jornalista. Diante disso, os movimentos feministas tem usado as mídias sociais desenvolvendo táticas que os permitem, a partir da velocidade do fluxo informacional e do maior alcance dessas mídias, a construção de relacionamentos diretos entre mulheres de diferentes localidades promovendo sua mobilização e compartilhamento de experiências (Edwards et al, 2019) propicia uma série de articulações entre grupos geograficamente dispersos.

O mundo digital é um reflexo do dia a dia onde encontramos os estereótipos e injustiças do mundo real. Afim de enfrentá-los, Montserrat Boix (2006) propõe o uso da internet e das novas tecnologias como uma arma eficiente a ser usada na luta política e discussão da *cyberpolítica*. A velocidade e interconexão que as TICs tornam possíveis devem ser usadas como vantagem para disseminar uma estratégia da práxis feminista globalmente. Assim, ter ciência dos problemas e limitações da rede não faz com que percamos a dimensão de seus potenciais.

Por essa razão, Boix (2006, p.1) apela para que as mulheres se apropriem das novas práticas feministas como poderosas ferramentas para a mudança e compartilhem o conhecimento através de um uso democrático das tecnologias. Em vista disso, a autora elabora o conceito de *cyberfeminismo* social para referir-se ao fato de que as preocupações desse movimento deveriam ir além da construção de identidades na rede, mas explorar uma práxis feminista que incluía as mulheres nos campos tradicionalmente masculinos do *hacktimismo*<sup>11</sup>, da programação (Nuñez Puente; Jiménez, 2009). Assim, Boix (2006) convoca o cyberfeminismo social como um processo de apropriação da *cybercultura* para afetar realidades locais e fornecer ferramentas à mudança social efetiva em âmbito nacional.

Diante disso, a partir dos anos 2000, o movimento feminista passou a utilizar a internet uma ferramenta para a garantia do acesso ao aborto a partir da presença de ONGs como a *Women on Web*. Além disso, ONGs ao redor do mundo como a *Women Help Women* ou as *Socorristas em Red* oferecem assistência pessoal, por telefone e internet, para mulheres que desejam abortar<sup>12</sup>. É também crescente a utilização de grupos em redes sociais como o *facebook* ou o *whatsapp* onde mulheres trocam informações sobre como conseguir realizar um aborto, compartilham dicas e histórias. Contudo, afim de não serem identificadas por rastreadores virtuais ou denunciadas essas mulheres utilizam expressões alternativas para referir-se a prática de abortar, por exemplo, através da expressão dor de barriga. Também é crescente a utilização de grupos em redes sociais por mulheres que buscam compartilhar informações sobre saúde sexual e reprodutiva, desmistificar relacionamentos tóxicos e realizar campanhas contra a violência contra a mulher. Exemplos recentes foram o *#Metoo*<sup>13</sup> em âmbito internacional o

---

<sup>11</sup> Se trata do uso de ferramentas digitais de maneiras transgressivas ou disruptiva tradicionais ao *hacking* tendo fins exclusivamente políticos juntando conhecimentos técnicos e teóricos em uma maneira especial de ativismo político nas redes digitais (Samuel, 2004, *apud* Machado, Murilo, 2015).

<sup>12</sup> Como é o caso da ONG argentina *Socorristas em Red* que indica o *Women on Web* como meio para ter acesso aos medicamentos. Nesses casos, é possível adquirir o medicamento pela *Women on Web* enquanto a assistência médica e informacional é feita por ativistas locais

<sup>13</sup> O movimento *#Metoo* se disseminou em meados de 2017 como uma campanha contra a violência sexual que buscava demonstrar o quanto essas são violências generalizadas que atingem mulheres em diversos locais e em diversas situações ao redor do mundo. A campanha ganhou forte repercussão internacional principalmente devido a adesão de celebridades de Hollywood que promoveram a hashtag e também realizaram denúncias contra o diretor Harvey Weinstein. Ver mais em <<https://metoomvmt.org/>>



#NiUnaAMenos<sup>14</sup> na América Latina e o #MeuAmigoSecreto<sup>15</sup> no Brasil. Esse tipo de ativismo transnacional são exemplos da apropriação do conhecimento tecnológico frente às ingerências da hegemonia, sustentada pelo patriarcado, que busca regular os direitos sexuais e reprodutivos dentro das instituições da sociedade civil.

---

<sup>14</sup> A hashtag ganhou repercussão internacional após o assassinato de Lúcia Perez (16 anos). Vítima de Feminicídio, a jovem foi drogada, estuprada e morta por empalamento por três homens na Argentina em 2016. A atitude originou uma forte campanha nas redes sociais contra a violência contra a mulher e coordenou diversas manifestações de rua Unificadas na América Latina no mesmo ano. O movimento teve forte relevância no ano de 2017 quando as mulheres no dia 8 de março realizaram impulsionaram a realização de uma greve de mulheres em mais de 50 países, na América Latina uma série de manifestações de rua articuladas e coordenadas pela internet se intensificaram. Ver mais em UOL. Nascido de tragédia argentina, Ni Una Menos tenta parar mulheres por direitos e leis. 2017. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/03/08/nascido-de-tragedia-argentina-ni-una-menos-tenta-parar-mulheres-por-direitos-e-leis.htm>> Acesso em 08 de Janeiro de 2019

<sup>15</sup> Em 2015 surgiu de maneira espontânea nas redes sociais a #meuamigosecreto amplamente utilizada por mulheres para denunciarem atitudes machistas de seus companheiros e amigos. Além disso, a *Hashtag* tornou-se símbolo da denúncia de relacionamentos abusivos e como o #MeToo também denunciava situações de violência sexual que evidenciavam a existência de uma cultura do estupro na sociedade.

## 4. Limites e possibilidades da sociedade civil global na era da comunicação

É inegável que há uma escala civilizacional no alcance das TICs. Entretanto, ao mesmo tempo em que a internet é um espaço que permite outras sociabilidades, identificações, emancipações e formação de redes ela também é um espaço de acumulação de valor (Sancho, 2019, p.356) fundamental para a existência do capitalismo de vigilância. Necessidades individuais, causalidades subjetivas impulsionaram penetração acelerada da internet na vida das pessoas até que o desenvolvimento de uma percepção onde utilizar a internet é inevitável.

Há na história uma série de exemplos de apropriação das tecnologias da informação e da comunicação pela sociedade civil global especialmente para organizar ou promover internacionalmente pautas com vistas à promoção de pressões globais sobre alguma causa ou instituição. Por outro lado, vemos que a incorporação dos modos de vigilância por meio da tecnologia na vida cotidiana originou uma cultura de vigilância representada pela aliança de forças governamentais com grandes corporações enquanto a sociedade civil que é cúmplice desse processo inconscientemente (Lyon, 2018). Conforme as pessoas compartilham suas informações em aplicativos, cadastram-se em bancos de dados, realizam uma compra na qual tem que fornecer seu CPF ou compartilham seus pensamentos nas redes sociais elas contribuem para o processo de acumulação de dados e vigilância sobre elas mesmas. Esse conjunto de processos possibilita a predição e modificação do comportamento humano com vistas a acumulação de capital, conforme veremos abaixo, essa relação é o que caracteriza a existência do que Shoshana Zuboff (2015) chama de “capitalismo de vigilância”<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> O capitalismo de vigilância consiste no processo em que a partir da perspectiva de que há uma inevitabilidade na utilização da tecnologia no dia a dia há uma acumulação de dados que se tornam ativos de vigilância acumulados por empresas e ou Estados a fim de condicionar comportamentos e produzir novas relações sociais que favoreçam seus interesses e permitam maior acumulação de Capital. Desse modo, o comportamento é transformado em uma mercadoria fictícia que se deriva da realidade (Zuboff, 2015). Sob esta égide, o poder informacional tem, portanto o potencial de produzir o ambiente, modular comportamentos produzindo e gerenciando tendências para produzir futuros (Parra, 2018, p.349).

Contudo, nosso argumento é que nesse processo de cumplicidade, a sociedade civil também possui agência, não sendo apenas uma receptora de políticas e condicionamento de comportamentos. Nesse sentido, cabe à sociedade civil saber utilizar as ferramentas tecnológicas que proporcionaram essa cultura de vigilância em prol de seus interesses. A vigilância é por si só ambígua, pois pode envolver desde a segurança do vigiado até o controle de sua conduta por meio da promoção de práticas discriminatórias. Tal ambiguidade evidencia-se quando, no nível individual, a ampliação do acesso à tecnologia pode ser utilizada para a promoção de políticas públicas que favoreçam populações vulneráveis. De igual modo, pode ser usada para perseguir minorias étnicas consideradas suspeitas reforçando um sistema no qual o criminoso antecede a existência do crime. Assim, até que ponto as mídias sociais foram ferramentas de propagação democrática como vimos na primavera árabe e até que ponto foram ferramentas de controle, como constatamos nas revelações de Edward Snowden<sup>17</sup>? Com isso em vista, quando falamos sobre circuitos informais da sociedade civil como a utilização da internet como o exemplificado pela atuação da Women on Web percebemos que um uso desses canais alienado das ferramentas de vigilância que existem no cyberspaço pode levar até mesmo a criminalização dessas mulheres dentro de seus países.

Os efeitos de uma cultura de vigilância sobre a sociedade são difíceis de isolar visto que estão imbricados com diversos aspectos da vida das pessoas. Contudo, resistências e reapropriações também ocorrem por parte da sociedade civil. O fato é que cidadania e vigilância agora são intermediadas pelo digital (Lyon, 2018, p.153).

Conforme afirma Levy (1999: 12),

Estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço no plano econômico, político, cultural e humano. Que tentemos compreendê-lo, pois a verdadeira questão não é ser contra ou a favor, mas sim reconhecer as mudanças qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a

<sup>17</sup> Especialmente após as revelações de Edward Snowden (2013) a agenda de pesquisa em torno da proteção de dados pessoais, governança da internet, e securitização da rede tem crescido. Pensar como agências estatais como a NSA espionam a política mundial e mais recentemente com o caso *Cambridge Analítica* pensar sobre o controle e monitoramento dos nossos dados a partir de parcerias de Estados e empresas tornou-se primordial para compreender a política global (Bauman, et. al 2014).

vida social e cultural. Apenas desta forma seremos capazes de desenvolver estas novas tecnologias dentro de uma perspectiva humanista (Levy, 1999, p.12)

Guiomar Sancho (2019) define duas etapas na utilização que os movimentos sociais fazem das ferramentas da comunicação digital desde os anos 1990: em um primeiro momento a etapa das redes ativistas, de 1990 até o início dos anos 2000, em que a dimensão comunicativa torna-se importante para a ação coletiva combativa a partir das redes de solidariedade transnacionais construídas contra o modelo capitalista e neoliberal, como no caso do movimento zapatista. A segunda fase, a partir da segunda década do século XXI consiste na fase das multidões conectadas a partir do surgimento das redes sociais – controladas e guiadas por seus usuários. Segundo Castells (2007) a disseminação da conexão sem fio e *smartphones* possibilitou a conexão instantânea, global e direta não mais necessitando da mediação de lideranças, isso possibilita que os corpos coletivos ocupem os espaços públicos de maneira espontânea<sup>18</sup>.

Desarte, enquanto a web 1.0 propiciou o encontro entre ativistas transnacionais e o compartilhamento de informações originando comunidades virtuais em torno de diversos interesses comuns<sup>19</sup>. Por mais que fosse um espaço de intervenção cyber ativista a limitação ao seu acesso condicionada a espaços

<sup>18</sup> O movimento Zapatista foi um dos precursores dessa utilização. Esse movimento originou de uma rede espontânea de solidariedade marcada por diversos atores políticos transnacionais em função do poder inovador da sociedade em rede (Castells, 2007). Desde então vemos crescentemente o uso e aprimoramento das TICs por parte da sociedade civil global presente desde ocupações como o *Occupy Wall Street* à manifestações em defesa da mudança climática ou na organização de movimentos regionais como a primavera árabe que ganhou repercussão através do Twitter. Nesses episódios, a chamada Internet ou Web 2.0 consistiu em uma catalizadora de indignação (Sancho, 2019, p.355) ao conectar determinadas demandas locais com fluxos globais de indignação. Assim, vimos uma série de manifestações de massas como a ocupação da praça Tahir no Egito e da praça Syntagma na, a rebelião a Tunísia contra Ben Ali, o movimento 15 de maio da Espanha, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, o #YoSoy132 no México e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Segundo a autora, o que esses episódios tem em comum é “o uso das redes digitais e o surgimento de uma multidão que se abre para qualquer um que prenuncie que outro mundo é possível” (2019, p.356).

<sup>19</sup> Sancho divide essa etapa em três momentos, a onda zapatista arcada pela solidariedade transnacional, o ciclo altermundista com diversas manifestações contra instituições econômicas internacionais como FMI, Banco Mundial, OMC, e um terceiro que seria o Hacktivismo desde a década de 1990. A autora caracteriza esse último como tendo três linhas de ação, são elas: o movimento pelo Software livre; e a luta por garantia de privacidade da rede e proteção de dados pessoais – que se estende até hoje a cada vez mais presente em fóruns pela governança da internet e vem tomando forma em legislações mundo a fora; e como ultima linha de ação, muito relacionada ao movimento cyberpunk, “fazer das redes digitais espaços de rompimento e ação” (Sancho, 2018, p.360-361)

específicos limitava claramente o alcance dessa atividade. Nesse sentido, a internet ainda era um instrumento complementar os fóruns físicos (Sancho, 2018, p.366). A partir da internet 2.0 que tem como característica a existência de micro blogs e redes sociais digitais o cyberativismo ocorre em tempo real, no momento da ação e das manifestações, por exemplo, como vimos na Primavera Árabe em 2011, o que permite a conexão de multidões.

Nessas mobilizações observamos o rompimento com o modo de articulação anterior, se antes a internet conectava grupos em comum, ativistas transnacionais, agora seu alcance iria além pois, especialmente pelo advento das redes sociais, conectarem pessoas e demandas em espaços do cotidiano, como vimos na primavera árabe, o que recombina o poder dos meios de comunicação. Essas manifestações mostraram o potencial da tecnologia de catalisar os fluxos globais de indignação a partir de uma simbiose entre o virtual e o real. Nesse sentido a metáfora do ciborgue (Haraway, 2000) é evidenciada à medida que os celulares funcionam como extensões corpóreas durante a manifestação seja para fotografar, para compartilhar informações que instantaneamente reverberam em outras partes do mundo, isso representa uma nova experiência de tempo e lugar que afeta a concepção política de identidade e sociabilidade (Sancho, 2019, p.370).

Segundo Castells (2012) esse período nos trouxe a possibilidade de construção autônoma das redes sociais controladas e guiadas por usuários que decidem o que postar o que pesquisar, com quem interagir (Castells, 2012). Contudo notamos que há uma tensão entre as possibilidades de emancipação e atuação cidadã fornecidas pela horizontalidade da rede e o controle que corporações que determinam as informações que as pessoas acessarão e com quem interagirão a partir da governamentalidade algorítmica incidem sobre as mesmas (Rouvroy e Berns, 2015). Ressalta-se que toda a estrutura que possibilitou a disseminação desse acesso e maior interatividade sem intermediários continuou a ser produzida por organizações e empresas que produzem esses aparelhos celulares, gerem os dados e coordenam-nas de acordo com a presença de algoritmos que em última instância condicionam os comportamentos. (Sancho, 2018, p.365)

Contudo, da mesma maneira que as TICs vêm sendo apropriadas pelo lado mais progressista e democrático da sociedade civil, a potência da comunicação em

rede também tem sido manipulada como ferramenta contra insurgente pra gerar processos de identidade violenta e de medo do diferente (Sancho, 2019, p.374). Nesse sentido vemos não um aumento da democracia promovida pela sociedade civil mas uma crescente aproximação com valores regimes ultra conservadores. Assim, esse espectro da sociedade civil se organiza nas redes em torno de *hashtags* como o *#ConMisHijosNoTeMetas* na América Latina afim de restringir as discussões sobre Gênero e Sexualidade nos Estados. Características como a garantia do anonimato na internet também favorecem a promoção de discursos de ódio e crescimento de movimentos neonazistas (Dias, 2018) especialmente em fóruns virtuais onde os chamados *Chans* ou *Incels* chegam a organizar até mesmo atentados (Ging, 2017). Ademais, a facilidade de acesso à informação instantânea gerou um fenômeno contra intuitivo que é a propagação de desinformação. Nesse sentido, a internet vem sendo amplamente utilizada como um meio de propagação de *fake News* a ponto de interferir até mesmo no resultado de eleições tendo em vista que muitas são direcionadas à perfis específicos a partir da coleta de dados, como divulgado nos vazamentos da Cambridge Analytica.

Pierre Rosanvallon (2008, p.30) supõe que a vigilância traria a soberania para perto das pessoas por ser uma forma de medição na relação entre governo e cidadão, onde os a sociedade civil por meio dos movimentos sociais, atuação de jornalistas, *think thanks* fiscalizam a atuação dos políticos eleitos e incidem sobre eles por meio da opinião pública criando possibilidades e limites para a vida política. Contudo, o que observamos no capitalismo de vigilância é a inversão desse argumento, no qual os políticos vigiam os cidadãos. Se as tecnologias facilitam o acesso da sociedade civil à vida política por meio da facilitação do acesso a informações sobre a esfera política, ela também contribui para a crise de representação ao reforçar a inversão dessa vigilância, na qual os Estados detêm os meios para vigiarem os cidadãos.

Diante dessas limitações indagamos como a sociedade civil global pode criar estratégias ou canais de resistências diante da tecnologia de vigilância presente na sociedade do controle. Um dos caminhos apontados por Henrique Zoqui Martins Parra (2018, p. 343) é a busca de novos arranjos tecnopolíticos. Nessa seara, alguns grupos que atuam no âmbito mais institucionalista buscam incidir na pauta da governança da internet. Vemos crescentemente a aprovação de

leis de proteção de dados pessoais<sup>20</sup>, bem como a existência de marcos regulatórios<sup>21</sup>, e a intensificação da organização no âmbito da governança da internet<sup>22</sup>. Contudo, essas articulações institucionais sempre nos colocam diante da clássica pergunta: quem vigia os vigilantes?

Nesse sentido, ainda é um debate como construir uma autoridade, centralizada ou não, que forneça proteção e garanta privacidade á população. Como confiar em governos para isso diante do dilema privacidade vs segurança/controle/vigilância tendo em vista que todas as pessoas tem seus dados monitorados e como apontado na sessão anterior, a cada vez mais. Soa pouco confiável delegar esse controle a empresas - que usualmente tem parcerias com governos – no contexto do Capitalismo de Vigilância em que a realidade tornou-se uma mercadoria fictícia que deve ser datificada, vendida e controlada a partir da compilação de informações realizadas por grandes corporações com vistas a acumulação de capital (Zuboff, 2015).

Há também os mais céticos nas instituições que buscam criar novas tecnologias promotoras de privacidade e anonimato como o caso do Projeto Tor<sup>23</sup>. Contudo essa visão também tem limitações, pois além de ignorar a influência do campo social e político na aplicação da tecnologia requer um grau de complexidade altíssimo por envolver a necessidade de softwares e hardwares que possuem regimes de propriedade e gestão híbridos e, portanto, envolvem corporações públicas e privadas e por conseguinte, seus interesses (Parra, 2018). Por essa razão Parra (2018) reforça a necessidade de considerar a influência da regulação social no funcionamento de qualquer tecnologia.

O desafio de uma governança sobre a vigilância não centralizada está posto, mas diante de tais dilemas é a cada vez mais urgente à existência de articulações da sociedade civil global especialmente nas fronteiras invisíveis, nos

---

<sup>20</sup> Regulamento Geral sobre Proteção de dados da União Europeia ( 2016/679) foi criado em 2018. Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil (Lei nº 13.718)

<sup>21</sup> O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) determina as diretrizes para a atuação do Estado bem como estabelece garantias, direitos, deveres e princípios para uso da rede no Brasil.

<sup>22</sup> Proposta como multisetorial: envolvendo sociedade civil, governos e empresas

<sup>23</sup> Tor é um software livre e de código aberto que se estrutura a partir do chamado “navegador cebola” que redireciona o tráfego de internet através de uma rede de servidores voluntários, distribuídos pelo mundo a fim de garantir a comunicação anônima e segura ao navegar na Internet.

espaços negligenciados e aqui sugerimos algumas possibilidades oferecidas pelo uso da internet com vistas a formação de possibilidades de resistências que tensione a democracia já em crise para sua à ampliação. Nesse sentido, a utilização de ferramentas como o projeto Tor, aliada a criatividade pode ser especialmente apropriada para se pensar em novas linhas de ação da sociedade civil global a partir da tecnologia. A tendência da comunicação e da tecnologia é se desenvolver a cada vez mais rápido, o que gera um maior número de dados e informações acumuladas e controladas. As escolhas sobre as práticas que tomaremos com relação à internet tem que ser tomadas coletivamente, principalmente devido à interdependência de nossos dados aos de outras pessoas (Parra, 2018). Portanto, a sociedade civil global precisa se ater a necessidade de apropriar-se da internet de maneira cautelosa e consciente das esferas de poder envolvidas nesse espaço para que possa disputar esse novo organismo de propagação de hegemonia. Afinal, “a luta política consiste em ver de ambas as perspectivas ao mesmo tempo, porque cada uma delas revela tanto dominação quanto possibilidades que seriam inimagináveis sob outro ponto de vista” (Haraway, 2019, p. 164).



## 5. Considerações Finais

No presente artigo buscamos ressaltar algumas possibilidades de apropriação das TICs pela sociedade civil global no século XXI tendo especial enfoque nas alternativas oferecidas pelo uso da internet. Para isso destrinchamos os conceitos de sociedade civil e de sociedade civil global. Acrescentamos a isso o papel central do desenvolvimento científico técnico como condição de possibilidade para a mudança qualitativa da sociedade civil para a sociedade civil global. Esse desenvolvimento nas últimas décadas que contribuiu à existência a chamada sociedade em rede e abriu diversas possibilidades de atuação para a sociedade civil global (Castells, 2007, 2017). A ascensão dos movimentos sociais globais e da sociedade civil global proporcionou que grupos vistos como minorias ganhassem espaço para narrar suas histórias online (Singh, 2012). A horizontalidade da rede contribuiu para a narração de histórias a partir da interação e engajamento que é proporcionada pelo livre acesso a fóruns online. Nesse sentido o story-telling torna-se revelador do modo como os seres humanos e essas redes se constituem (Singh, 2012).

Como vimos nos exemplos apresentados, à sociedade civil global, em especial as mulheres e o movimento feminista vêm encontrando brechas no sistema de controle e dominação impostos pelo Estado formando canais de resistências através da formação de circuitos integrados e do ativismo transnacional por meio da utilização das TICs. Por essa razão, compreender as discussões em torno da sociedade civil global nos proporciona o afastamento das perspectivas estado-centradas e contempla a dimensão do empoderamento e autonomia dos indivíduos, bem como as reconstruções territoriais por onde se dão as relações sociais (Kaldor, 2016). É possível observar como a sociedade civil global traz consigo o potencial de jogar luz a questões referentes a grupos que até então eram silenciados fazendo com que suas demandas e histórias sejam visibilizadas. Através desse tipo de atividade, vemos como associações supraterritoriais podem fornecer canais através dos quais os cidadãos transmitem informação, testemunhos uns com os outros.

Sob esta égide, buscamos exemplificar práticas e iniciativas de instrumentalização da internet a partir do histórico da organização Women on

Web destacando o papel da globalização na promoção dos circuitos alternativos pelos quais sociedade civil vem estabelecendo canais de resistência informais. Diante disso, chamando especial atenção para o papel do Cyberfeminismo e suas estratégias que mesmo diante da sociedade datificada encontram soluções criativas que permitam acessar demandas não contempladas pelo Estado a partir da instrumentalização da internet pra atingir objetivos específicos .

Entretanto, a tensão entre existente entre a perspectiva da internet como um espaço que permite outras sociabilidades, identificações, emancipações e formação de redes ao mesmo tempo em que é um espaço de acumulação de valor (Sancho, 2019, p.356) fundamental para a existência do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2015) coloca desafios para a atuação da sociedade civil global nesse canal. Esses desafios não são insuperáveis, mas devem ser compreendidos de maneira crítica e cautelosa para que as novas tecnologias não sejam vistas nem como sinônimo de liberdade e ampliação democrática absoluta como no início dos anos 1990, mas que não caiamos no determinismo das políticas de controle e vigilância que colocam a sociedade civil global numa posição de matéria prima em que são receptoras de políticas e fornecedoras de dados. Portanto, argumentamos que a sociedade civil global continua tendo ação no contexto do capitalismo de vigilância, contudo, deve estar atenta a novos desafios, mas também às possibilidades que se abrem.

Christian Unchs (2011 *apud* Sancho, 2019, p.356) afirma que o conhecimento não é só produzido pelas corporações, mas também no cotidiano, como vemos nas estratégias de sobrevivência e cooperação diárias criadas a partir das soluções criativas como no caso das mulheres que utilizam as redes para garantir o acesso ao aborto ou denunciar formas de violência. Por essa razão, a despeito do Capitalismo de Vigilância há um risco ao “abrir espaços de sociabilidade com o objetivo de capturá-los como valor econômico [...] lá onde as pessoas se reúnem, a revolução pode se formar.” (Sancho, 2018 p. 356)

Sendo assim, vemos que a atuação a partir das redes não é o suficiente para provocar mudanças estruturais, de modo que precise ser aliada a outras estratégias de ativismo e engajamento político se pretenderem tal fim. Contudo aqui apresentamos que mesmo com todo o controle de dados e vigilância do

Estado é de suma importância que haja uma apropriação crítica e cuidadosa das possibilidades que as novas tecnologias da comunicação trazem à sociedade civil global. Desse modo, não perderemos de vista que essas podem ser fundamentais para disputarmos a ideologia patriarcal presente na superestrutura do sistema capitalista até atingir a capacidade de direcionar a sociedade até a promoção de uma nova hegemonia cujos ideais que sustentam o sistema se pautem pela igualdade e autonomia das mulheres.

## 6. Referências bibliográficas

ALONSO, Sonia; KEANE, John; MERKEL, Wolfgang (Ed.). **The future of representative democracy**. Cambridge University Press, 2011

ALTHUSSER, Louis, Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AMOOORE, Louise; LANGLEY, Paul. Ambiguities of global civil society. **Review of International Studies**, v. 30, n. 1, p. 89-110, 2004.

BAKER, Gideon; CHANDLER, David. **Global civil society: contested futures**. Routledge, 2004

BALL, Kirstie; HAGGERTY, Kevin D.; LYON, David (Ed.). **Routledge handbook of surveillance studies**. LondonNew York: Routledge, 2012

BAUMAN, Zygmunt et al. After Snowden: Rethinking the impact of surveillance. **International political sociology**, v. 8, n. 2, p. 121-144, 2014.

BBC. Busca por aborto caseiro na internet dobrou na última década. July 7. 2018 Disponível em : <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44389143>

BOIX, Montserrat ‘Ciberfeminismo social como experiencia’, Nireblog; 2006. Disponível em :[montserratboix.nireblog.com/post/2006/08/01/ciberfeminismo-social-como-experiencia](https://montserratboix.nireblog.com/post/2006/08/01/ciberfeminismo-social-como-experiencia)

BRUNO, Fernanda et al. (Ed.). **Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem**. Boitempo Editorial, 2019.

CAETANO, Gabriel Fernandes. La Percepción de los mexicanos sobre la sociedad civil: un estudio de la violencia entre los años 2006 - 2016. Dissertação de Metrado em Relações Internacionais. Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa, 2018

CASTELLS, Manuel et al. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Zahar, 2018

\_\_\_\_\_, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Zahar, 2017.

\_\_\_\_\_, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Zahar, 2018

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Civil society and political theory**. MIT press, 1997

COLÁS, Alejandro. **Global civil society: analytical category or normative concept?**. Routledge, 2005

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. routledge, 2002

CROZIER, Michel et al. **The crisis of democracy**. New York: New York University Press, 1975

CUNNINGHAM, Frank. **Theories of democracy: a critical introduction**. Routledge, 2002

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, S. **Transnational Protest and Global Activism: People, Passions**. 2005

DIAS, Adriana Abreu Magalhães et al. **Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane**. 2018.

DUNN, John. The contemporary political significance of John Locke's conception of civil society. In: S. Kaviraj & S. Khilnani (Eds) **Civil Society: History and Possibilities**. New York: Cambridge University Press. 2001.

EDWARDS, Michael. **Civil society**. Polity, 2008.

EDWARS, Lee; PHILLIP, Fiona; GERRARD Gerrard. Communicating feminist politics? The double-edged sword of using social media in a feminist organisation, **Feminist Media Studies**, 2019

EHRENBERG, John R. **Civil society: The critical history of an idea**. nyu Press, 2017

FROST, M. **Constituting Human Rights: Global Civil Society and the Society of Democratic States**, London: Routledge. 2002

GING, Debbie. Alphas, betas, and incels: Theorizing the masculinities of the manosphere. **Men and Masculinities**, 2017.

GRAMSCI, Antonio Gramsci, Cartas do Cárcere. Tradução de Noênio Spínola. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Cultura popular, 1978

HARAWAY, Donna; Manifesto Ciborgue. In. KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. Antropologia do ciborgue. **Belo Horizonte: Autêntica**, 2000.

HARDING, S. Just add women and stir?. In *Missing links: Gender equity in science and technology for development*. IDRC, Ottawa, ON, CA; 1995

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea. Democracy Questions Informal Global Governance. *International Studies Review*, 2019. 21, 244-25

\_\_\_\_\_. **Organizações Internacionais: histórias e práticas**. Editora Campus/Elsevier, RJ, 2004.

INAYATULLAH, N.; BLANEY, D. L. **International Relations and the Problem of Difference**. NY: Routledge, 2004, p. 44

JENSEN, Mark N. Concepts and conceptions of civil society. *Journal of Civil Society*, 2:1, 2006, p. 39-56

KEANE, John. *Democracy and Media Decadence*, Cambridge University Press, 2013: 1

KALDOR, Mary. Cinco acepciones de la sociedad civil global. **Claves de razón práctica**, nº 149, 2005

\_\_\_\_\_, Mary. **Global civil society: an answer to war**. Cambridge: Polity Press, 2003

KEANE, John. **Democracy and Media Decadence**, Cambridge University Press, 2013

\_\_\_\_\_, John. **Global civil society?**. Cambridge University Press, 2003

\_\_\_\_\_, John. **The life and death of democracy**. Simon and Schuster, 2009

KURBALIJA, Jovan **Uma introdução à governança da internet** [livro eletrônico] / Jovan Kurbalija ; [Zoran Marcetic -Marca & Vladimir Veljasevic ; tradução Carolina Carvalho]. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIPPERT, Randy. David Lyon, Surveillance Studies: An Overview Article. *Canadian Journal of Sociology/Cahiers canadiens de sociologie* · Julho. 2008

LIPSCHUTZ, Ronnie D. Reconstructing world politics: the emergence of global civil society. **Millennium**, v. 21, n. 3, p. 389-420, 1992

LYON, David. Cultura da Vigilância: envolvimento, espioção e ética na modernidade digital. In. Bruno et al (orgs). **Tecnopolíticas da Vigilância: Perspectivas da Margem**. Boi Tempo. São Paulo. 2018

\_\_\_\_\_, David. **Surveillance studies: An overview**. OXFORD:Polity Press, 2007

MAYER, Maximilian; CARPES, Mariana; KNOBLICH, Ruth (Ed.). **The Global Politics of Science and Technology-Vol. 1: Concepts from International Relations and Other Disciplines**. Springer, 2014.

MAYER, Maximilian; CARPES, Mariana; KNOBLICH, Ruth. A Toolbox for Studying the Global Politics of Science and Technology. In: **The Global Politics of Science and Technology-Vol. 2**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2014b.

MILLS, C. W. **The racial contract**. Cornell University Press. 2014

MONTEIRO, R. L. Protection of Personal Data in Singapore and in Brazil? A general comparison. **Singapore Law Review** , v. 31, p. 92-114, 2014.

NOURAIE-SIMONE, Fereshteh, ed. On Shifting Ground: Muslim Women in the Global Era. New York: The Feminist Press. 2005.

NÚÑEZ PUENTE, Sonia; GARCÍA JIMÉNEZ, Antonio. New technologies and new spaces for relation: Spanish feminist praxis online. **European Journal of Women's Studies**, v. 16, n. 3, p. 249-263, 2009

NYE JR, Joseph S. **Power in the global information age: From realism to globalization**. Routledge, 2004.

ONG, Aihwa. The cultural logics of transnationality, Durham & Londres, Duke university press, 2000, p. 6

PARRA, Henrique. Experiencias com tecnoativistas: resistencias na política do individual IN: BRUNO, Fernanda et al. (Ed.). **Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem**. Boitempo Editorial, 2018.

PATEMAN, C. **O contrato Sexual** (1988). *Tradução de Marta Avancini*. São Paulo: Paz e Terra 1993

PIERRE LEVY. **Cibercultura**. Editora 34, 1999

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. 2005.

PUTNAM, R. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Boitempo Editorial, 2015

REPO, Jemima. Reproduction. **The Encyclopedia of Political Thought**, p. 3222-3227, 2014

ROSANVALLON, PIERRE. 2008. **Counter-Democracy: Politics in an Age of Distrust**. Cambridge: Cambridge University Press.

ROSENAU, James N.; SINGH, Jaswinder P. (Ed.). **Information technologies and global politics: The changing scope of power and governance**. SUNY Press, 2002.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?. Revista ECO-Pós, v. 18, n. 2, 2015, p 36-56.

SANCHO, Guiomar. Multidões conectadas e movimentos sociais: dos zapatistas e do hacktivismo à tomada das ruas e das redes. In: BRUNO, Fernanda et al. (Ed.). **Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem**. Boitempo Editorial, 2018.

SANTILLÁN, J. **El despertar de la sociedad civil: una perspectiva histórica**. Océano exprés., 2012.

SASSEN, Saskia. **Contrageografías de la globalización Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos**. Traficantes de sueños, 2003

SCHOLTE, Jan Aart Civil Society and NGOs. in: Thomas G. Weiss, Rorden Wilkinson - **International Organization and Global Governance**, Routledge, 2013, p.322 - 335

\_\_\_\_\_, Jan Aart. **Global Civil Society: Changing the World?'**. CSGR Working Paper No. 31/99. 1999

SELIGMAN, A. **The Idea of Civil Society** . New York: The Free Press. 1992

SINGH, J.P. The Power of Large-Scale Interactions Through Information Technologies and Changes in Cultural Identity Politics 2014. IN: MAYER, Maximilian; CARPES, Mariana; KNOBLICH, Ruth. A Toolbox for Studying the Global Politics of Science and Technology. In: **The Global Politics of Science and Technology-Vol. 2**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2014

SOCORRISTAS EN RED: feministas que abortamos. Disponível em <<https://socorristasenred.org>>

VESSEL (2014) - **El Barco**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=83r-vlLuGEg>>



WALLERSTEIN, Immanuel. **O Universalismo Europeu. a retórica do poder.** 2007

WEISS, Thomas e WILKINSON, Rorden. **International Organization and Global Governance.** Routledge. 2013

WOMEN ON WAVES. Women on web website is blocked. 2019 Disponível em <<https://www.womenonwaves.org/pt/page/4599/women-on-web-website-is-blocked>>

WOMEN ON WEB. I had na abortion Project. Acesso em 01 de Julho de 2019. Disponível em <<https://www.womenonweb.org/en/page/864/about-the-i-had-an-abortion-project>>

WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY. Tunis Agenda for the Information Society. 18 de Novembro de 2015. Disponível em <<http://www.itu.int/net/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.html>>

ZUBOFF, S. Big Other: Capitalismo, vigilância e perspectivas para uma civilização da informação (2015). In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno, KANASHIRO, Marta, GUILHON Luciana, MELGAÇO lucas (orgs). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem vigilância.** São Paulo. Boi Tempo, 2018.

\_\_\_\_\_. **The Age of Surveillance Capitalism:** the fight for a human future at the new frontier of power. New York; Public Affairs. 2019.